



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0868/15	DATA: 16/06/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h20min	TÉRMINO: 16h42min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NELSON NETO FREITAS - Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas — ANA.
LUIZ HENRIQUE CARVALHO - Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí.
AVELAR DAMASCENO DE AMORIM - Coordenador das Comissões Interinstitucionais do Piauí, Ceará e Maranhão Pró-CBH Parnaíba.
FELIPE MENDES DE OLIVEIRA - Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF.
JOÃO LÚCIO FARIAS - Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará — COGERH.
MARCELO MEDEIROS - Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

SUMÁRIO

Debate sobre a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a debater sobre a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O requerimento para a realização desta audiência é de minha autoria e do Deputado Rodrigo Martins, mas está atendendo justamente a uma reclamação geral do Estado, das lideranças locais, dos movimentos ambientalistas, do Governo do Estado do Piauí, dos Governos vizinhos também — Ceará e Maranhão — e da representação política do Estado.

Quero registrar a presença do Senador Ciro Nogueira, que foi um dos Senadores que, juntamente com a Deputada Iracema, se pronunciaram sobre a necessidade de nós chegarmos a uma solução para essa questão.

Todos sabem que a lei que estabeleceu a política hídrica no País é de 1997, e até hoje nós não temos um Comitê de Bacia Do Rio Parnaíba. Nós temos uma lei estadual no Piauí, que é de 2000. Eu acredito que nos outros Estados as leis também sejam da mesma época. Nesse sentido, nós estamos aqui para debater o tema com o Congresso, com as autoridades públicas envolvidas e com os movimentos sociais do meu Estado.

Do Piauí, eu quero destacar a colaboração direta do Dr. Avelar, que coordena o movimento em prol da criação do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba, juntamente com a OAB e com a Rede Ambiental, dirigida pela Dra. Tânia; do Dr. Carlos Brandão, que é juiz federal; e do CONAMA. E há o professor famoso no Piauí, que todo mundo conhece. Quando se falava em meio ambiente, nós só conhecíamos o Soares, pioneiro do movimento ambientalista no Piauí.

Quero agradecer a presença dos Deputados Rubens Bueno, Nilto Tatto, Edmilson Rodrigues, André Fufuca, Bruno Covas, assim como a do Deputado Estadual Antônio Félix, que representa a Assembleia Legislativa, a do Prefeito Renato, de São Luís, e a do César Pedrosa, que representa a Prefeitura de Floriano, uma das cidades da Bacia do Rio Parnaíba.

Como eu disse, o requerimento é de nossa autoria, mas tivemos toda essa colaboração e essa movimentação.



Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Comunico, ainda, que o Secretário Estadual de Meio Ambiente do Maranhão, Sr. Marcelo Coelho, enviou correspondência comunicando a impossibilidade de comparecer, em virtude de compromissos para acompanhar o Vice-Governador do Estado. Mas, oportunamente, ele já estará comprometido com essa articulação — que nós temos que definir aqui — para empreender a conclusão desse Comitê.

O Ceará está aqui bem representado pelo Dr. João Lúcio Farias. O Piauí está aqui representado, em termos de autoridade pública, pelo Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Henrique. As autoridades representantes da ANA estão aqui presentes, e nós vamos chamá-las para compor a Mesa.

Inicialmente, nós teremos quatro expositores, e cada um terá 10 minutos para sua apresentação.

Eu convido para compor a Mesa o Sr. Nelson Neto Freitas, Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas — ANA; o Sr. Felipe Mendes de Oliveira, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF; o Sr. Avelar Damasceno de Amorim, que iniciou e trabalha na mobilização da sociedade em torno da criação desse Comitê; e o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí, Luiz Henrique Carvalho.

Logo em seguida, nós teremos aqui o representante do Governo do Ceará, Dr. João Lúcio, o Dr. Aloísio Sampaio e o Dr. Marcelo Medeiros.

O Deputado Rodrigo Martins é o Vice-Presidente da Comissão e é um dos autores do requerimento de realização desta reunião.

Prestados esses esclarecimentos, concederei a palavra inicialmente a cada convidado por 10 minutos, e, após todas as exposições, nós vamos fazer um encaminhamento com a participação dos expositores e dos Parlamentares aqui presentes.

Desde já lhes agradeço e lhes peço a observação do tempo para a sua exposição. Informo aos palestrantes que esta Comissão promoverá o debate interativo por meio do e-Democracia, que é uma ferramenta interativa da Câmara



dos Deputados. Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções. Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara possa apresentar posteriormente esses trabalhos.

Como nós já dissemos, o propósito deste encontro é discutir a importância da criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. A legislação é de 1997. Nós estamos em 2015. O Rio Parnaíba é um rio federal, é uma bacia importante para o Piauí, para o Ceará e para o Maranhão, e nós estamos nesse vazio de uma ação efetiva do poder público.

O Rio Parnaíba tem suas origens na Chapada das Mangabeiras, no sul do Piauí. São preservadas pelo Parque Nacional as nascentes do Rio Parnaíba, que percorre 1.450 quilômetros até chegar ao Oceano Atlântico.

Ele forma um amplo e recortado delta em mar aberto, no Oceano Atlântico.

A região hidrográfica compreende 280 Municípios, sendo 223 no Piauí — quer dizer, praticamente todo o Estado, que tem 224 Municípios —, 38 no Maranhão e 19 no Ceará. Lá vivem 4,5 milhões de pessoas.

O Vale do Rio Parnaíba possui mais de 3 mil quilômetros de rios perenes, lagoas e a metade da água de subsolo do Nordeste.

O Rio Parnaíba e seus afluentes têm sido tratados de forma secundária, negligente, e sofrem os efeitos da contaminação, do assoreamento e de outras agressões ambientais que ameaçam a sua conservação.

Quando eu saí, agora, eu estava assistindo, na *TV Globo*, a uma reportagem sobre o Rio São Francisco, e ele tem uma semelhança com a nossa situação: o descuido, a falta de gerenciamento. É claro que as mudanças climáticas hoje representam uma nova variável, mas, sobretudo no nosso Estado, na nossa região, nós pouco fizemos para cuidar tanto do Rio Parnaíba quanto do Rio Poti.

O Rio Poti, por exemplo, tem influência no nosso Estado e na cidade de Teresina. As cheias de Teresina decorrem justamente da desordem que ocorre nos cuidados com o Rio Poti. Outros problemas ambientais, como o desmatamento dos biomas, a erosão, o empobrecimento dos solos, as queimadas, ocorrem na Bacia do



Rio Parnaíba, especialmente, hoje, na sua nascente. Então, é tarefa urgente reverter esse quadro de degradação e estabelecer acordos entre os múltiplos usos — irrigação, indústria, energia, consumo doméstico, turismo — para a adequada tomada de decisão sobre o destino das águas dessa Bacia.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, consciente da importância de garantir o acesso à água de boa qualidade às presentes e futuras gerações, busca contribuir para que se alcance um debate com os órgãos estaduais e federais e com a sociedade civil. É imprescindível concretizar a ideia de gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos.

Eu creio que há uma consciência maior da sociedade brasileira sobre o tema água. Esse não é um assunto restrito aos idealistas, não. Hoje é uma questão de sobrevivência dos seres e dos negócios. Se não quiserem se sensibilizar, podemos falar dos negócios, que hoje são prejudicados porque não há água ou a água é de baixa qualidade, ou devido às doenças que estão contaminando as cidades ribeirinhas.

Sobre a questão ambiental, uma luta secular de milhares de idealistas, hoje, hoje a legislação brasileira já trata com muita competência, mas ainda falta nós realizarmos a prática desse instituto legal que foi construído aos longo desses anos, sobretudo a partir da Constituição de 1988. Nesse sentido, estamos promovendo este debate.

Concedo a palavra ao representante da Agência Nacional de Águas, o Dr. Nelson Neto de Freitas.

O SR. NELSON NETO DE FREITAS - Obrigado, Deputado Átila Lira. Ao cumprimentá-lo, cumprimento a Mesa, demais Deputados e todos os presentes.

Como contextualização do tema propriamente dito, que é o processo para criação do comitê, sobre o qual eu me propus a falar aqui, eu trouxe alguns elementos adicionais e vou tentar passar o mais rapidamente possível, porque imagino que, na fala do Dr. Avelar, esses temas serão mais bem colocados.

(Segue-se exibição de imagens.)

Algumas características da Bacia.



Temos a abrangência da Bacia nos Estados, em percentuais. Nós vemos que 75% da Bacia do Parnaíba estão no Estado do Piauí, 20% estão no Maranhão e aproximadamente — esses percentuais são arredondados — 5% estão no Ceará.

Se nós olharmos pelo outro lado dos percentuais, o percentual dos Estados presentes na Bacia, veremos que 99% do Piauí está na Bacia do Parnaíba, ou seja, o Estado inteiro — apenas um Município não está na Bacia; 20% do Maranhão está na Bacia do Parnaíba; e 11% do Ceará está na Bacia.

São 279 os Municípios que compõem a Bacia, com 263 sedes urbanas, 42 sedes com mais de 20 mil habitantes e 96 sedes com mais de 10 mil habitantes. Esses são os 10 maiores centros populacionais.

Eu chamo a atenção para o fato de que só o décimo maior centro populacional tem menos que 50 mil habitantes. Há uma concentração populacional nessas 10 cidades de aproximadamente 40% da população da Bacia. Daqueles 279 Municípios, então, nós temos 40% da população concentrada em 10 Municípios.

O dado relativo à população, de 4,2 milhões, é de 2010. Então, se projetarmos isso para 2015, provavelmente o número a ser encontrado vai coincidir com aquele a que o Deputado Átila fez referência: 4 milhões e meio.

A densidade populacional da Bacia é da ordem de 12 habitantes por quilômetro quadrado, aproximadamente metade da densidade média do País, e o percentual de urbanização também é mais baixo que a média: 65%.

Aqui está uma ilustração do PIB por habitante, ou *per capita*. Nós observamos que essa porção mais a leste, na região de Balsas, tem uma tendência a um PIB mais elevado.

Esse é o mapa de precipitações médias anuais. Ele contraria o senso comum. A parte pintada de vermelho é justamente onde chove mais.

Como os números estão pequenos, eu leio para os senhores: a precipitação média anual da Bacia do Parnaíba vai de 400 milímetros a 1.900 milímetros, sendo o verde mais intenso o 400 e o vermelho mais escuro, o 1.900.

Essa é uma informação acerca da disponibilidade hídrica na Bacia em termos de Q95, que é uma vazão mínima e significa uma vazão que permanece por pelo menos 95% do tempo. É um bom indicativo de disponibilidade, uma indicação de boa confiança naquela disponibilidade de vazão.



Nós observamos, então, por unidade, por sub-bacia — entendidas aí a Parnaíba 6, Poti, e a Parnaíba 7, Longá. Essa é uma divisão do plano nacional; não é a divisão dos Estados.

Aqui, é uma relação entre vazão média e população. Essa informação é interessante, pois nós observamos que na 6 e na 7, as que eu destaquei, nós temos uma condição de estresse hídrico.

Por que eu digo estresse hídrico? O indicador recomendado pela ONU diz que, quando a relação entre vazão e população, a vazão média *per capita*, é menor que 1.700 metros cúbicos por segundo, nós temos uma condição de estresse hídrico. Se o índice está acima de 1.700, a situação é confortável; quando está abaixo de 500, considera-se que há escassez. No caso, nós temos pelo menos duas unidades em condição que pode ser dita de estresse hídrico: o Parnaíba 6 e o Parnaíba 7, que são as porções do Baixo, onde justamente está concentrada a maior parte da população.

Essa é uma informação de demanda. A demanda total na Bacia, hoje — são dados do Plano Nacional, mas que podem ser atualizados facilmente —, é da ordem de 20 metros cúbicos por segundo, e o maior uso é da irrigação.

Esta é a informação dos Comitês Estaduais na Bacia. Nós temos atualmente dois comitês no Piauí e um no Ceará, na porção correspondente à Bacia do Parnaíba. O Maranhão não tem comitê na Bacia.

Esse é um apanhado muito rápido de caracterização, para nós conseguirmos atuar dentro do tempo determinado.

Em termos de base legal, nós devemos lembrar que o comando constitucional do art. 21, inciso XIX, define a competência da União para instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esse comando constitucional foi regulamentado pela Lei nº 9.433, de 1997.

A Lei 9.433/97, a Resolução CNRH 5/2000 e a Resolução CNRH 109/2010 são os diplomas legais, são os normativos que disciplinam a criação de um Comitê Interestadual.

Resgatando, rapidamente, os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, que estão presentes no Título I da Lei 9.433/97, e a composição do



sistema, que está presente no Título II da mesma lei, desses comandos decorrem a instância chamada Comitê de Bacia Hidrográfica.

Nós vemos, então, nos fundamentos, que a bacia é a unidade territorial de gestão e que a gestão deve ser descentralizada e participativa.

Quanto à composição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para atender àquele fundamento da política, ele deve contemplar a existência de Comitês de Bacias Hidrográficas, para exercerem, no âmbito da bacia e com a participação do poder público, da sociedade civil organizada e dos usuários da água, a gestão descentralizada e participativa.

Essa é a composição prevista para um comitê de bacia e está estabelecida naquela Resolução nº 5 que eu mencionei anteriormente: 40% da composição deve ser de usuários dos diferentes setores presentes na bacia; o máximo de 40% deve ser de poderes públicos, considerando a União, os Estados e os Municípios; e pelo menos 20% deve ser de organizações civis. Então, esse percentual de no máximo 40% e no mínimo 20% pode ser negociado. O percentual de 40% para os usuários é fixo.

Feita essa rápida contextualização — perdoem-me pelo relativo atropelo nas questões —, eu vou tentar me deter um pouco mais nisso que eu considero importante. Esse roteiro é o orientador de um processo de criação de um comitê. Se adequadamente cumprido e se as forças presentes na mobilização estiverem todas bem articuladas, o comitê pode ser criado.

A primeira etapa é a proposta de instituição, prevista na Resolução nº 5, de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ela deve ser elaborada pelos representantes dos usuários, dos poderes públicos e das organizações civis, ou seja, aqueles que virão depois compor o comitê efetivamente.

O segundo passo é a formulação do chamado pacto de gestão, que na verdade é um acordo em que devem ser definidas metas do arranjo institucional, das atribuições compartilhadas na bacia e, principalmente, da garantia de funcionamento do comitê.

Nós destacamos, então, essa novidade, que foi estabelecida pela Resolução nº 109, de 2010, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que veio justamente para disciplinar a criação de comitês, a fim de que o comitê, ao ser criado, tenha



toda a sustentação institucional necessária para funcionar adequadamente e cumprir a sua missão.

A terceira etapa é a aprovação da proposta de instituição pelo Conselho Nacional.

A quarta é a criação propriamente dita, o que é feito por meio de um decreto presidencial.

E a quinta etapa é a instalação, já conduzida por uma diretoria provisória do comitê de bacia, indicada pela Secretaria de Recursos Hídricos. Essa diretoria vai elaborar o Regimento Interno, organizar um processo eleitoral, dar posse aos membros e eleger a diretoria definitiva.

As etapas 1 e 2 ocorrem fundamentalmente na bacia. São aquelas etapas que não podem prescindir da mobilização dos agentes interessados na criação do comitê.

A etapa 5 é o retorno à bacia, em que vai se dar o processo de instalação.

As etapas 3 e 4 acontecem em Brasília, digamos assim, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e na Casa Civil.

Vou falar um pouquinho dessa questão do pacto. Acho que o Avelar vai concordar que essa é a questão mais emblemática e mais desafiadora de ser estabelecida.

A Resolução nº 109 estabelece dois balizamentos para a criação do comitê. O pacto, do ponto de vista político, é o de mais difícil construção ou, senão difícil, é onde os esforços devem ser concentrados.

As unidades de gestão são estabelecidas na Resolução nº 109, e, para o caso do Parnaíba, não é um desafio, porque o Parnaíba é de fato uma unidade. Então, é passível de criação do comitê, devido ao mapa definido para o País inteiro, com exceção da Amazônia.

O Parnaíba é uma das unidades previstas na resolução. Todavia, o acordo é o segundo aspecto da Resolução nº 109 que deve ser observado.

Esse acordo deve conter as atribuições compartilhadas entre os comitês presentes na bacia. No caso, nós vimos que são apenas três comitês. É esperado que, à medida que se instale o Comitê da Bacia do Parnaíba como um todo, nós tenhamos o fomento e a criação dos demais comitês estaduais previstos, e, ainda, a



definição do arranjo institucional e a garantia de funcionamento do Comitê e de sua Secretaria Executiva. Esses três pontos são o tripé do acordo.

Como estratégia de construção do pacto, nós vemos que os responsáveis pelo grupo coordenador devem, em articulação com os comitês estaduais existentes, com os órgãos gestores de recursos hídricos nos Estados ou com as próprias Secretarias, com a ANA e com os setores usuários e a sociedade civil organizada, formular a minuta desse pacto, formular os termos desse pacto, observados aqueles três balizamentos da Resolução 109/2010.

O pacto firmado deve ser agregado, então, à proposta de criação, na qual estão o diagnóstico, a caracterização da bacia, a proposta de composição.

Essa documentação deve ser enviada à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

A etapa 3 consiste na aprovação dessa proposta de instituição.

O processo com a proposta é enviado ao Conselho; a Secretaria-Executiva do Conselho vai elaborar uma nota técnica sobre essa proposta e solicitar a manifestação da ANA, que, a esse ponto, já terá firmado o pacto. Então, essa manifestação da ANA é trivial. A ANA já terá se manifestado, de fato, politicamente, ao firmar o pacto. Mas, mesmo assim, essa manifestação é solicitada pelo Conselho.

E a apreciação de todo o processo é feita, então, nas instâncias do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Em caso de aprovação, o Conselho publica uma resolução aprovando a proposta e encaminha o processo à Casa Civil da Presidência da República, para o decreto. Então, a criação decorre de um decreto presidencial.

Depois disso, volta o processo para a Bacia, para que se proceda à instalação do Comitê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Por favor, conclua, Dr. Nelson.

O SR. NELSON NETO DE FREITAS - O.k.

Bom, essa é uma síntese do que foi dito. Eu acho que não é necessário eu me estender. Tenho 30 segundos e, então, vou falar um pouquinho dos desafios que nós vemos na criação de um Comitê e no seu funcionamento depois.

Nós vemos que o Comitê não pode perder — esse é um dos seus principais desafios — o foco em questões concretas de qualidade e quantidade da água com



abrangência regional. Muito embora nós entendamos, e a própria Lei 9.433/97 estabeleça entre os seus princípios a articulação da política de recursos hídricos com as demais políticas públicas, o Comitê não é um fórum de debate puramente de questões ambientais, por exemplo. A abordagem hídrica tem que ser a temática central — a água é a questão central na pauta de um comitê de bacia, sob pena de ele se descaracterizar e não cumprir a sua missão.

A representação política é outro desafio. A representação e a representatividade de um comitê, em regra, são aspectos críticos, que devem ser muito bem considerados, não só nos novos comitês, mas também são desafiadores, hoje, nos comitês já existentes. Então, essa representação tem que ter expressão política, tem que ser relevante, para que o comitê seja relevante.

Há, ainda, outro desafio: obter apoio institucional dos órgãos gestores. O Comitê vai ter um período de maturação de 3 anos, 4 anos, 5 anos, 6 anos, talvez, até que possa andar com as próprias pernas, e esse apoio dos Estados é fundamental. Daí decorre a lógica do acordo, a lógica da pactuação. Então, para que o Comitê chegue, digamos assim, ao final da sua adolescência — eu chamo assim —, é necessário esse apoio institucional forte dos órgãos gestores estaduais e da ANA, obviamente, porque o Comitê vai ter que se debruçar sobre as suas primeiras questões, vai ter que trabalhar num plano, para depois pensar em cobrança.

Aí vem o último desafio. O Comitê, em algum momento, vai decidir sobre um dos instrumentos da política, que é a cobrança. É o mais duro de implementar, é o mais polêmico, mas, ao ser criado, o Comitê já sabe desse desiderato, desse objetivo. Então, é o quarto desafio que eu aponto.

É isso aí. Estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos ao Dr. Nelson Neto de Freitas pela exposição.

Em seguida, vamos passar a palavra ao Dr. Luiz Henrique Carvalho, Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, onde temos a maior presença do Comitê.

Quero registrar a presença dos Deputados Carlos Henrique Gaguim, Hildo Rocha e Zé Silva e da Senadora Regina Sousa.

O SR. LUIZ HENRIQUE CARVALHO - Boa tarde a todos.



Cumprimento V.Exa., Deputado Átila Lira, e parabênzo V.Exa. e o Deputado Rodrigo Martins, Presidente e Vice-Presidente desta importante Comissão da Casa, por esta reunião, por fazerem este relevante debate sobre a instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O Rio Parnaíba, como todos sabem, é o principal rio do Nordeste, porque o Rio São Francisco não é somente do Nordeste. Aprendemos na escola que o Rio Parnaíba divide o Piauí e o Maranhão, mas, ao contrário disso, ele une esses Estados.

Eu trouxe alguns dados sobre a realidade em que se encontra o Piauí e vou apresentá-los rapidamente, no nosso tempo regulamentar. Se houver algum erro, peço ao Dr. Avelar Amorim que nos corrija, porque ele é o nosso timoneiro na questão da Bacia.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Estado do Piauí apresenta uma divisão em 12 bacias hidrográficas. A ordem de prioridade dessas bacias depende do diagnóstico das condições hídricas, do nível de conflito de águas, das demandas da sociedade civil.

Existe o Plano Nacional de Recursos Hídricos, criado por uma lei de 1997. O Estado do Piauí, em 2000, promulgou o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

A Constituição Federal diz que os rios da União são aqueles que banham mais de um Estado, que é o caso do Rio Parnaíba. A Lei 9.433/97, já citada aqui, trouxe a Política Nacional de Recursos Hídricos. A Lei nº 5.165, de 2000, do Estado do Piauí, editou, no sistema estadual, o gerenciamento de recursos hídricos dentro do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Isso aqui é só a título de curiosidade. O Decreto nº 11.341, de 2006, regulamenta a outorga preventiva de uso e a outorga de direito de uso dos recursos hídricos no Estado do Piauí. Em 2002, o Decreto nº 10.880 aprovou o regulamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nesses seis fundamentos do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Entre esses fundamentos, há o seguinte: a água é um bem de domínio público — ela não pode ser privatizada; ela é dotada de valor econômico; ela é escassa; ela é um bem limitado e deve-se sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.



O Plano prevê que os recursos hídricos devem ser sempre proporcionais ao uso múltiplo das águas.

A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Daí a criação dos comitês de bacias para gerenciamento desses recursos.

A gestão deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Daí a participação mais democrática possível na gestão do gerenciamento desses recursos.

Eu trago alguns dados da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Ela situa-se nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão e tem uma área de 325.834 quilômetros quadrados.

Quase 76% da Bacia pertence ao Estado do Piauí.

Os biomas predominantes são todos esses, com destaque para as florestas estacionais decíduais e semidecíduais, o que no Piauí é causa de bastante discussão, porque é um bioma protegido pela Lei da Mata Atlântica, e alguns insistem em dizer que não há Mata Atlântica no Piauí. Essa é uma discussão irrelevante do ponto de vista da proteção, porque a Lei da Mata Atlântica protege não só a Mata Atlântica em si, mas florestas decíduais e semidecíduais.

Ele é o principal rio perene da região, como já disse. Os afluentes são Balsas, no Maranhão... Todos os demais ficam na Bacia do Rio, no Estado do Piauí. Perdão, Poti e Portinho ficam no Ceará. O Poti nasce no Crateús, se não me engano, e os demais, no Piauí.

A cidade de Teresina, com 800 mil habitantes, é a mais impactada pela Bacia do Parnaíba.

Aí os senhores vêm os Municípios que fazem parte da Bacia. O Piauí tem 224 Municípios, sendo que apenas o Município de Cajueiro da Praia, ao lado do Ceará, não faz parte da Bacia do Rio Parnaíba. Todos os demais Municípios do Piauí fazem parte da Bacia.

Os comitês já instalados — isso já foi citado aqui anteriormente — no Piauí são o Comitê de Bacia dos Rios Canindé e Piauí, criado por decreto de 2009, que abrange 94 Municípios, totalizando 667 mil habitantes, e o Comitê de Bacia do Rio



Gurgueia, no sul do Estado, que foi criado ano passado e abrange 33 Municípios e 183 mil habitantes.

Temos também as comissões gestoras de barragens. Ao todo, temos 14 comissões, todas na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, sendo 10 pertencentes ao Estado do Piauí e 4 ao Estado do Ceará.

Aí estão as comissões gestoras de barragens.

Aqui estava o Prefeito de São Luís, onde nasce o Rio Guaribas, cuja barragem dá muito problema, porque há muitos irrigantes, e eles precisam... Inclusive, agora, nesta época, estão me ligando sempre, por causa da vazão do rio, que está muito pequena, e eles precisam abrir as comportas para poderem continuar a irrigação.

Essas são as comissões gestoras de barragens: Pedra Redonda, Ingazeiras...

No Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, o que o Avelar vem fazendo, há muito tempo — vimos batendo nisso ele e, particularmente, eu, que acabei de assumir a Secretaria, e me coloco à disposição —, é tentar dar um final feliz a essa história. Já são anos... Como o Deputado Átila disse, em 1997, veio a lei do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Em 2000, veio o Plano Estadual. Nós estamos em 2015 e, até hoje, o principal rio eminentemente do Nordeste, que banha 3 Estados da Federação, não tem um comitê de bacia, ao contrário do São Francisco, que é o exemplo bem sucedido de comitê ao nosso lado.

A Comissão Interinstitucional Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba aprovou a proposta de instituição do comitê. Atualmente, a Subcomissão do Estado do Piauí está em fase de subscrição dessa proposta, visando atingir aquele quantitativo que a Resolução nº 5 exige.

Esse dado está defasado. O Avelar já vinha me dizendo que, em termos de Município, já temos mais de 90, 93 subscrições. A Secretaria também já subscreveu a proposta. As entidades representativas — CODEVASF, CHESF, AGESPISA, Associação dos Piscicultores, Fundação AGENTE, Fundação Velho Monge, FIEP —, todas já subscreveram. Aqui há outras subscrições. Tudo isso com o trabalho da equipe do Avelar, da turma de ambientalistas e de outros que se interessam.

O Felipe está aqui como pessoa física. Ele também subscreveu a proposta.



Então, acredito que esta reunião se propõe a que nós convençamos, discutamos e debatamos com os outros parceiros, os outros Estados — Ceará, Maranhão — e demais entidades representativas, para que subscrevam, e nós possamos levar adiante esse sonho, a fim de que ele se torne realidade.

Para finalizar, eu trago uma frase de Madre Teresa de Calcutá: *“Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”*.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Muito bem! Obrigado, Dr. Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Dr. Avelar Damasceno e, em seguida, ao Dr. Felipe Mendes, que é um dos ambientalistas que agora está em uma função de Governo e vai transformar a sua ideia em uma realidade.

Com a palavra o Sr. Avelar.

O SR. AVELAR DAMASCENO DE AMORIM - Eu queria, inicialmente, saudar a Mesa, na pessoa do Presidente, o Deputado Federal Átila Lira. Queria estender essa saudação aos demais Deputados aqui presentes, às instituições ligadas à sociedade civil, aos usuários, aos órgãos públicos e dizer que hoje, para mim, é um dia D.

É uma satisfação muito grande estar aqui em Brasília. Eu acho que pela primeira vez estou tendo a oportunidade de falar nesta Casa, que reputo da maior importância para o nosso País. Os reflexos e a visão de todos em nosso Estado estão voltados para cá hoje, por esse esforço enorme que nós estamos fazendo ao longo de 15 anos — não são 15 meses nem 15 dias —, e, para isso, é preciso acreditar. E muitos, nos Estados, não só o Poder Executivo, mas também o Poder Legislativo, acreditaram nesse projeto,. Eu queria aqui registrar que o Deputado Antônio Félix vem conversando com o Presidente da Assembleia do Estado, para que ele fale com o Governador, com os demais Presidentes das Assembleias do Maranhão e do Ceará. Com isso, nós estamos aqui iniciando este trabalho em prol do desenvolvimento da Bacia do Rio Parnaíba.

(Segue-se exibição de imagens.)



Essa imagem eu coloquei só para registrar as diferenças regionais. A Amazônia tem suas características próprias; tem abundância de água e densidade demográfica baixa. Por outro lado, quando você olha para o Nordeste, vê que a densidade demográfica é baixa, a demanda por água é muito grande, o processo de poluição é altíssimo e a degradação, por sua vez, acompanha. Então, cada região tem sua característica própria.

Como o Nordeste tem essas características, nós colocamos ali, em evidência, a grande região hidrográfica do Parnaíba. Hoje, como disseram aqui, o Brasil é formado por 12 regiões, e nós temos, no destaque, a grande região hidrográfica do Rio Parnaíba.

Aqui nós colocamos as diferenças. O Amazonas, na Região Norte, tem hoje a expansão da matriz energética e a conservação da biodiversidade; tem um potencial hidrelétrico acima de 107 mil megawatts, mas com apenas 0,7% em operação. No Nordeste há pobreza e convivência com as secas. O Centro-Oeste está em plena expansão e representa uma nova fronteira agrícola, com uso intenso de irrigação. No Sul e no Sudeste, há contaminação industrial e urbana.

Sobre a nossa Bacia, já foi dito aqui que 75% da Bacia Hidrográfica do Parnaíba está localizada no Piauí, 19% no Maranhão e 6% no Ceará, sendo que 99% da área do nosso Estado, o Piauí, está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. Portanto, fica muito bem caracterizada a importância da gestão hídrica e ambiental dessa Bacia Hidrográfica para todo o Estado do Piauí, não nos esquecendo do Maranhão e do Ceará, em uma área menor. Na verdade, o Piauí está muito preocupado com a situação da preservação dessa Bacia, com a degradação ambiental na Bacia.

Ela é uma Bacia com 333 mil quilômetros quadrados, o que equivale a 3,9% do território nacional, estando localizada em três Estados. O rio principal apresenta uma extensão acima de 1.400 quilômetros quadrados em 280 Municípios, como foi bem colocado aqui pelo Presidente Átila Lira. A nascente do Rio Parnaíba é uma preocupação de todos hoje, ela envolve o Piauí, o Maranhão, a Bahia e o Tocantins, possuindo uma área de 729.803 hectares. Localiza-se na divisa dos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins e tem proporções nos Municípios de Correntes,



Barreiras do Piauí, São Gonçalo do Gurgueia, Gilbués, Alto Parnaíba, Formosa do Rio Preto, São Félix, Mateiros e Lizarda.

Eu queria mostrar para vocês que nas nascentes do Rio Parnaíba há Municípios da Bahia e do Tocantins que fazem parte também dessa grande região hidrográfica do Rio Parnaíba, porque até então estava sendo discutida a Bacia do Rio Parnaíba como se fossem só integrantes da Bacia o Maranhão, o Piauí e o Ceará. É preciso que a gente faça uma reflexão para se aprofundar nesses dados.

Nós pegamos as cartas do Exército e estamos fazendo um levantamento, juntamente com a equipe técnica do IBAMA, para fechar um mapa em cima dessa área.

Aí é o mapa da região. Vocês estão vendo ali que essa parna da nascente foi criada por decreto e apresenta Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão.

Então, a grande preocupação nossa aqui — quero deixar bem registrado, vou passar bem rápido, porque vocês já têm consciência disso — são as causas de desmatamento na nossa Bacia. Eu estou fazendo uma química aqui, porque há muitos dados apresentados pelo colega da ANA e pelo nosso ex-Secretário. Eu estou fazendo uma química aqui para ver se eu não repito as informações. O que é importante, que vai ficar registrado aqui, são essas causas de desmatamento na nossa Bacia.

A primeira grande causa é a venda de madeiras para fins comerciais, que está acontecendo na Bacia, eu digo Bacia, mas dentro da nossa Bacia há biomas: tem o Manguezal, onde que acontece isso; tem o Cerrado; tem a Caatinga. E agora, recentemente, essa discussão ferrenha da presença ou não da Mata Atlântica.

A instalação de projetos agropecuários acontece na Bacia. Toda vez que eu falar Bacia eu estou me referindo ao que acontece dentro dos nossos biomas, que estão num processo muito ativo de degradação, provocando, assim, impactos ambientais negativos. Há a implantação de usinas hidrelétricas; a exploração de minério — essa é uma discussão muito ferrenha no nosso Estado —; o crescimento habitacional muito grande; as queimadas em todos os biomas, e acontece de maneira indiscriminada, sem controle; a produção de carvão — parece que é uma coisa que virou moda produzir carvão e vender para as siderúrgicas.



Vocês podem ver aqui uma região no nosso Estado que está nesse processo. Olhem a quantidade — essa é uma área de 103 mil hectares —, a quantidade de fornos transformando madeira em carvão para a produção, com objetivo de dizer que isso aí é um corte raso, que tem controle ambiental, mas, na verdade, isso aqui deixa muito a desejar, e é o que está acontecendo.

Então, o que acontece em termos de consequências? Nós estamos assistindo à verdadeira perda da nossa biodiversidade. Às vezes, os ambientalistas quando sentam à mesa têm dois tipos de discurso: é necessário o desenvolvimento? É, porque gera emprego e renda. Mas nós temos que colocar também a discussão em termos da perda da biodiversidade. A biodiversidade de um hectare quanto custa? Quantos mil dólares ou milhões? Dependendo da qualidade da biodiversidade.

Vejam. Isso aqui é um projeto na Serra Vermelha. Há desmatamento.

Esse é um processo constante na nossa região de cerrado, um processo de erosão e empobrecimento do solo. Parece que não, mas enchente é consequência da erosão, porque os rios estão mais rasos e mais largos, e qualquer volume d'água que chega sem a proteção das matas, principalmente das matas ciliares, transborda esses rios.

Esse aqui é o Rio Longá, na cidade de Esperantina. As matas ciliares de um modo geral estão desaparecendo; há assoreamento dos rios; a região de Gilbués, no cerrado, dá sinais da presença de desertificação. Quanto aos grandes projetos de pastagem, alguns têm sucesso, mas os que não têm deixam as áreas totalmente degradadas.

Outra questão que chama a atenção é o lixão, de um modo geral, não só no Piauí, como nos Municípios do Maranhão. Há presença nas estradas, em todos os municípios há lixão a céu aberto.

Saneamento básico. Os esgotos caem diretamente no rio — é o que nós estamos mostrando —, mas de um modo geral nas cidades os esgotos são a céu aberto. Isso tudo está acontecendo nos biomas e na bacia hidrográfica.

Então, o aquecimento global é presença constante. A crise hídrica elétrica está presente. Os nossos reservatórios estão num nível muito baixo hoje. Há reservatórios abaixo de 10% de sua capacidade, reservatórios abaixo de 20%; aqueles que estão melhores estão acima de 30%. Nós estamos convivendo com



essa crise, e o pior de tudo é que os municípios na região urbana e na zona rural estão sofrendo muito com os apagões elétricos. Muita gente está passando dias e mais dias sem água; não é pela falta de água é pela falta de energia. Então, eu coloquei ali crise hídrica e crise energética.

O que eu estou colocando aqui não é uma crítica, é algo verdadeiro que acontece no Brasil todo. Então, nós temos, na verdade, em cima disso fazer uma reflexão e ver o que está acontecendo nos biomas. Cheguei à seguinte conclusão: precisamos de um modelo adequado de gestão ambiental hídrica para ser implementado. Não há unidade de planejamento. Não fomos nós que criamos, foi a própria natureza pelo ciclo hidrológico que criou essas regiões hidrográficas.

Então, temos um grande desafio pela frente, que é criar esse modelo. O modelo que já foi bem apresentado aqui pelo colega da ANA está assentado, eu sempre digo, em três pilares.

O primeiro é muito importante, é a base legal. Sou um cidadão brasileiro, eu tenho que cumprir a legislação. O Brasil é tido com um país de legislação perfeita ambiental e hídrica. Então, nós temos uma legislação, que é a base legal, está amparada na Política Nacional de Recursos Hídricos, que é a Lei nº 9.433, de 1997, e essas duas resoluções.

É o grande desafio que nós temos para usar o outro pilar importante, que é o conhecimento. Sem esse nós não vamos a lugar nenhum. Não adianta ter uma legislação e uma fiscalização que não colocam as pessoas nos seus devidos lugares com competência.

Desculpe-me porque vou dizer uma coisa nesta Casa: a gente tem que acabar com a mania de colocar doutor com anel de tucum para gerir as coisas. Infelizmente, é uma prática que a gente, às vezes, observa. Às vezes me elogiam, às vezes me criticam por colocar dessa maneira, mas é uma realidade, e a gente está sentindo isso a cada dia. Na verdade, sem um bom conhecimento, sem uma boa qualificação, não se pode implementar uma política de forma alguma.

O terceiro pilar é o Sistema de Gerenciamento Integrado que está assentado, como foi colocado aqui. Temos o Conselho Nacional, temos os Conselhos Estaduais, temos os órgãos estaduais, a Agência Nacional de Águas, temos os Comitês de Bacia, temos agências d'água que precisam ser criadas. Esse modelo é



o que a gente sonha para assentar na nossa Bacia do Rio Parnaíba, para ver se a gente busca capacidade de resolver esses problemas que foram mostrados aqui. É o único caminho que a gente tem que perseguir: a adoção desse modelo, a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, colocando a legislação em foco, implementando todas essas políticas nas bacias.

Infelizmente, não é isso que a gente tem visto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Dr. Avelar, para concluir.

O SR. AVELAR DAMASCENO DE AMORIM - Concluo.

Então, vejam bem, para concluir, o Comitê não é nada mais e nada menos do que um fórum de discussão de interesses de vários setores. O setor agrícola, o setor industrial, vários setores, o energético, sentam numa mesa com olhares diferentes para a água. Se não tivermos o modelo adotado, geram-se conflitos. Isso é algo natural.

Portanto, Sr. Presidente, queria parabenizar a todos por estarmos aqui hoje, porque esse trabalho e essa decisão que estamos aguardando desta Casa, de apoio à criação do comitê, é para que saíamos daqui com as decisões necessárias tomadas. Nós estamos com a proposta pronta, sendo discutida no Piauí, sendo discutida no Ceará, sendo discutida no Maranhão, e precisando do apoio. É um trabalho que está sendo feito e que envolve todas as instituições, não tem centralismo, todo mundo participa, todo mundo tem espaço. Por isso, é que nós estamos hoje aqui, sentados nesta Casa, com a cabeça erguida, sabendo que essa missão nós a estamos cumprindo com muita seriedade e com muita dedicação.

Eu quero, Sr. Presidente, agradecer esta oportunidade de colocar essas palavras aos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos ao Dr. Avelar Damasceno de Amorim a exposição.

Registramos a presença do Senador Elmano Férrer, do Estado do Piauí; do Deputado Pedro Fernandes, do Estado do Maranhão; dos Deputados Carlos Gomes e Adilton Sachetti. E também quero registrar a presença do Dr. Marco André, que representa o Instituto Carbono Zero.



Passo a palavra a um dos professores da Universidade Federal do Piauí, um grande professor, foi meu colega de escola. Eu tenho no Felipe um orgulho de ter sido contemporâneo dele, um homem dedicado à economia regional. Ele já exerceu várias funções públicas, foi Vice-Governador, Deputado Federal. E ele é sobretudo um dos subscritores desse movimento em favor da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Então, passo a palavra ao Dr. Felipe Mendes, que hoje dirige a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba. Portanto, tem uma função executiva estratégica na busca desse tempo perdido.

Passo a palavra ao Dr. Felipe Mendes.

Em seguida, falará o Dr. João Lúcio, que vem representar esse grande parceiro que é o Ceará.

O SR. FELIPE MENDES DE OLIVEIRA - Deputado Átila Lira, Srs. Deputados da Comissão, Senador Elmano Férrer, Senadora Regina Sousa, Senador Ciro, que esteve aqui até há pouco tempo, é com muito prazer que venho aqui na condição de Presidente da CODEVASF e também de ex-Deputado, que fui durante 12 anos nesta Casa.

Eu gostaria de fazer uma breve pré-história do Vale do Parnaíba nesse contexto do Nordeste. É sempre bom nós termos um pouco dessas lições do passado.

No início da SUDENE, chegou a ser feito um convênio, não sei se com a França, com os Estados Unidos, para o Plano de Estudos do Vale do São Francisco. Foi feito depois com o Vale do Jaguaribe, no Ceará. E não chegou a ser feito com o Vale do Parnaíba, por várias razões. Os representantes do São Francisco souberam trabalhar com mais eficiência e mais afinco, quando colocaram, na Constituição de 1946, um dispositivo que reservava 1% da receita tributária da época para os estudos do Plano de Desenvolvimento do São Francisco e de seus afluentes.

Por tudo isso, nós tivemos, já em 1955, a inauguração da primeira turbina da Usina de Paulo Afonso. Quinze anos depois é que foi inaugurada a nossa Barragem de Boa Esperança.

Então, esses 15 anos estão sendo um pouco simbólicos neste momento. Quero lembrar aqui que o Comitê de Bacia do São Francisco já tem 14 ou 15



anos. Então, nós estamos atrasados nos mesmos 15 anos em relação à energia elétrica. Mas eu creio que o trabalho já está bastante desenvolvido, e, graças ao trabalho do Avelar de Amorim, entre outros abnegados do Piauí, do Maranhão e do Ceará.

E creio que nós temos agora, com a criação desse Comitê, a intersecção daquilo que nós vimos na palestra do Dr. Nelson, da ANA, que é a necessidade do aproveitamento dos recursos hídricos combinada com a necessidade da preservação desses recursos; nem só uma coisa, nem só outra. Nós temos de ter um equilíbrio, e esse equilíbrio naturalmente é dado pelo Comitê, porque tem a presença de representantes do setor público, da comunidade, da sociedade, dos usuários.

No caso, particularmente aqui como representante da CODEVASF, quero registrar a presença do Dr. Eduardo Motta, Diretor da Revitalização da CODEVASF; do Dr. Tadeu, assessor; e da Leila e do Regis, que são técnicos da nossa empresa CODEVASF, que também trabalham pelo Vale do Parnaíba agora, depois de 14 ou 15 anos, com a extensão do nosso Vale do Parnaíba nas atribuições da CODEVASF.

E eu sempre lembro, e preciso lembrar aqui, que agora o Itapecuru e o Mearim, no Maranhão, já estão sendo mais dois vales que precisamos também cuidar.

Na CODEVASF, foi criado há 4 anos um grupo de trabalho que gerou um termo de referência de um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos do Vale do Parnaíba. Esse plano está pronto para ser licitado, no sentido de fazer os estudos gerais de aproveitamento da Bacia do Vale do Parnaíba.

Quando cheguei, há menos de um mês, pude criar, com a orientação do Dr. Eduardo, um grupo de trabalho para tratar das nascentes, não só do Rio Parnaíba, mas dos afluentes todos e das nascentes de um modo geral. Existem recursos e projetos para o São Francisco, de revitalização do Rio São Francisco e das nascentes da região do São Francisco. Então, nós tentamos agora também cobrir o Vale do Parnaíba.

Esse grupo deverá apresentar seus resultados o mais rápido possível, para que possamos depois trazer ao Congresso Nacional, nas propostas de Orçamento e



de Plano Plurianual, essas ideias traduzidas em números, a fim de que possamos ter uma melhor e mais efetiva atuação em termos do Vale do Parnaíba, e também, sempre digo, do São Francisco, que já vem sendo, do Itapecuru e do Mearim.

Já vem sendo desenvolvido pela CODEVASF um Programa de Esgotamento Sanitário; são dez ou quinze cidades no Piauí, na margem do rio, sete no lado do Maranhão, que é um trabalho de longo prazo para evitar que se polua o rio. Temos grandes cidades na margem do rio, como Floriano, que tem para ser resolvido um desses problemas de ordem burocrática.

De modo, Deputado Átila Lira, que é uma satisfação muito grande e uma responsabilidade. Eu estive aí com sua verve, dizendo que também sou ambientalista, porque fiz mestrado na área, e não é só por isso. *(Risos.)* E porque passei um tempo andando pelos interiores do Piauí. Eu conheço as nascentes do Parnaíba, as nascentes do Poti e as nascentes do Longá, e a tristeza é grande quando se vê como estão sendo tratadas.

Nas nascentes do Parnaíba, eu tenho fotografias de queimadas próximas às nascentes, aos riachinhos que saem de lá para cá. E uma das explicações é porque o Governo Federal ainda não pagou os proprietários. E as pessoas estão levando seu gado para lá, para cuidar do gado, o vaqueiro esquece uma ponta de cigarro aceso naquele capim seco, e é um incêndio certo.

A CODEVASF está fazendo também junto com o Governo do Estado, com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a demarcação dos perímetros das nascentes. Enfim, já tem um grupo forte de pessoas atuando, seja na proposta ou na formulação dessa proposta de criação do Comitê, seja na CODEVASF, em Teresina e em São Luís agora, também, e aqui na sede, para que nós possamos ter, em conjunto com o Congresso Nacional, as melhores soluções para nossa região do Vale do Parnaíba, particularmente.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Obrigado pela participação, Dr. Felipe Mendes. Como ele disse, além de ter um papel num organismo estratégico na questão da solução para nossas necessidades, é uma pessoa preparada, talhada para esse *métier*. A sua formação de mestrado é justamente na área de meio ambiente e desenvolvimento, muito próprio para a solução que estamos procurando.



Agradeço a colaboração nesse primeiro momento e peço ao Dr. João Lúcio Farias e ao Dr. Marcelo Medeiros que completem com suas participações. Em seguida, abriremos para uma conversa.

Estamos muito confiantes em você e nos Secretários de Meio Ambiente do Estado do Piauí, do Ceará e do Maranhão. Essa articulação será fundamental para o crescimento desse Comitê.

Não tenho dúvida, o Governador Wellington Dias já externou publicamente o compromisso de dar todo o apoio, através da Secretaria de Meio Ambiente do seu governo, para resolvermos isso. Tendo o apoio federal e essa mobilização feita pelo Dr. Avelar, temos tudo para, neste ano de 2015, Senador Elmano Férrer e Senadora Regina, conseguirmos completar esses 15 anos de um vazio que está prejudicando nosso Estado, nossa região.

Agradeço a colaboração de todos os expositores, a equipe da CODEVASF e da Agência Nacional de Águas.

Passo a Presidência ao Deputado Rodrigo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Dando sequência aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. João Lúcio Farias, Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará, por 10 minutos

O SR. JOÃO LÚCIO FARIAS - Primeiro, gostaria de agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente na pessoa do Deputado Átila Lira, agora Presidida pelo Deputado Rodrigo Martins.

Vou falar rapidamente um pouco da experiência do Ceará nessa parte da gestão de recursos hídricos. Tive algumas experiências no Estado do Piauí, no DNOCS, período em que ajudei no trabalho de formação das comissões gestoras no Estado. E também, há algum tempo, participei de um processo junto com o Avelar, de preparação de um plano de gestão de água para o Estado do Piauí. Então, de certa forma, conheço um pouco mais a realidade do Estado do Piauí, um pouco do Maranhão.

O Ceará iniciou esse trabalho de gestão de recursos hídricos há 21 anos. Hoje é prioritário, porque, no Estado do Ceará, nós só temos durante o ano 4 meses de chuva, e a gente precisa ter uma boa gestão da água. Então, o Estado criou uma estrutura organizacional de gestão há 21 anos, na qual a gente tem toda uma



estrutura voltada para a gestão de recursos hídricos. Eu vou mostrar mais detalhadamente.

O Ceará possui 148 mil Km², ocupando 1,7% da área do Brasil, 9,4% da área do Nordeste, está dividido em 184 Municípios e em 12 bacias hidrográficas. São unidades de planejamento no Estado do Ceará. Em cada bacia, nós temos os Comitês de Bacias, Comitês de gestão de água. Essas são as nossas unidades de planejamento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na área do Parnaíba, nós temos duas bacias: a Bacia da Serra da Ibiapaba e a Bacia dos Sertões de Crateús. Então, essa é a divisão do Estado do Ceará. O País se divide hoje por bacia hidrográfica, e o Estado adotou também essa divisão geopolítica no Ceará.

No Ceará, nós temos chuva na média em torno de 775 milímetros de precipitação; 85% do seu espaço está na zona semiárida; e nós temos 70% do nosso território está em embasamento cristalino. Quero dizer que nessa área nós temos muita dificuldade de água subterrânea. Não é que o Estado não tenha água subterrânea.

Na região do Cariri, nós temos áreas sedimentares. Mas na divisa com o Estado do Pernambuco, na região do Apodi, que é uma região mais na divisa com o Rio Grande do Norte, nós temos também água subterrânea. Na porção litorânea também nós temos água subterrânea. Mas nessa região do embasamento cristalino, que é em torno de 70% da área do Estado do Ceará, temos áreas com solo com embasamento rochoso, e aí nós temos só água em fraturas. Temos que fazer todo um trabalho de estudo geofísico, que nós estamos fazendo agora nesse período.

O Estado está passando por um período difícil, pois nós estamos entrando no quarto ano de seca no Estado do Ceará. Nós estamos utilizando também um esforço com água superficial, mas também trabalhando muito com água subterrânea, principalmente nessa área do cristalino.

O Estado tem três grandes objetivos com essa política de água: compatibilização humana com o ciclo hidrológico, assegurar as condições para o desenvolvimento social, econômico e em equilíbrio com o meio ambiente.



O nosso foco na gestão de recursos hídricos não está só no aspecto de quantidade e qualidade, fazer uma boa gestão, mas também no desenvolvimento do Estado do Ceará, como o desenvolvimento industrial. Nós temos hoje um avanço muito grande na área da fruticultura, da pecuária, da produção leiteira.

Então, nossa gestão tem um foco no equilíbrio com o meio ambiente, claro, mas um foco também muito voltado para a questão do desenvolvimento do Estado.

Assegurar que a água possa ser ofertada, controlada e utilizada em padrões de qualidade e de quantidade satisfatórios para os usuários atuais e para as gerações futuras.

Todo o trabalho de monitoramento e de controle da quantidade da água é pensando na situação atual, mas pensando também nas perspectivas futuras.

O planejamento do Estado, o gerenciamento da água é focado nos múltiplos usos, atendendo aos diversos usos da água. Quando nós temos água suficiente, nós atendemos todas as demandas, sejam industriais, agrícolas. Hoje, nós estamos enfrentando algumas dificuldades com relação a atender todas as atividades no Estado do Ceará.

A nossa gestão tem um caráter integrado, descentralizado e participativo. Ela é integrada porque nós trabalhamos com os Comitês de Bacia, há uma integração entre os setores econômicos, ambientais e de recursos hídricos. Então, nós temos um conselho estadual que sempre está olhando para essa questão da integração de políticas.

Em relação à questão da descentralização, o Estado está descentralizado por bacia. Em cada bacia, nós temos uma unidade de gestão. Temos os Comitês de Bacia, que vou mostrar mais na frente. Temos uma unidade lá que se chama Gerência de Bacia, vinculada à COGERH, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, onde nós temos um quadro técnico. Nós temos quase 700 pessoas focando só nessa questão da gestão da água. São 700 colaboradores que trabalham só na Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, voltada para a questão da gestão de recursos hídricos. Então, é algo fundamental para o Estado.

Nós temos um sistema de água, um sistema que já está aí há 21 anos. Logo acima nós temos o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.



Esse Conselho se reúne pelo menos seis vezes no ano, para fazer avaliação da política de água do Estado. Temos uma Secretaria de Recursos Hídricos, que foi criada em 1987. Então, é uma Secretaria que vem por vários governos e se mantém com padrão bastante técnico. Ela coordena toda a parte técnica operacional do sistema de recursos hídricos do Estado e serve como Secretaria Executiva do nosso Conselho Estadual.

Logo abaixo, nós temos os Comitês de Bacia e, em cada bacia hidrográfica, temos um Comitê de Gestão de Água, que é formado pelos usuários. Aqui o pessoal já falou. A formação do nosso Comitê é um pouco diferenciada do federal, porque nós temos uma participação igualitária do usuário e da sociedade civil, do poder público estadual e federal e dos municípios. Então, há um certo equilíbrio entre esses poderes.

Nós temos, vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos, a SOHIDRA. O Estado tem três braços operacionais cuidando da questão da água. A SOHIDRA é uma empresa que cuida de toda a questão de oferta de água no Estado do Ceará. Toda obra, construção, seja de canais — o Estado já construiu vários canais —, açudes, adutoras, passa pela SOHIDRA — Superintendência de Obras Hidráulicas. Tem a COGERH, que é uma empresa mais nova, da qual faço parte. Hoje estou presidindo a COGERH, sou do quadro técnico da empresa, que completou agora 21 anos. É uma empresa focada só no gerenciamento da água. Ela faz a gestão dos recursos hídricos no Estado do Ceará. E temos a FUNCEME, que é um órgão que cuida da parte de tempo e clima no Estado do Ceará, está dentro do sistema de recursos hídricos do Estado. É uma empresa que tem todo o trabalho voltado para a questão do acompanhamento do tempo e do clima no Estado do Ceará e também de pesquisas aplicadas à área de meio ambiente e de recursos hídricos.

Nós temos um *link* muito forte com o setor de meio ambiente, que é a SEMAS.

Logo abaixo dos Comitês de Bacia, nós temos as comissões gestoras de água. Esse trabalho até expandimos. Quando estive no DNOCS, expandimos um pouco essa filosofia para o Estado do Piauí.

Essas comissões gestoras são vinculadas aos Comitês de Bacia. Em cada reservatório do Estado do Ceará, em cada açude importante ou aquífero importante



do Estado do Ceará, temos, no âmbito daquela comunidade local, uma comissão formada pelos usuários, pela sociedade, pelo poder municipal, que cuida da água naquela localidade. Ele está cuidando do açude, olhando para o reservatório, ajudando no processo de gestão, informando também a demanda, como vai se dar ali a operação dos reservatórios.

Em cada bacia dessas, nas 12 bacias, nós temos gerência de bacias formadas por grupos técnicos, engenheiros, sociólogos, pedagogos e geógrafos, que estão ali naquela bacia também trabalhando e focados só na questão da gestão da água.

A COGERH é o órgão de gestão, e surgiu da necessidade do próprio Estado, com a criação da Lei 11.996. A COGERH é uma empresa voltada para a gestão de água e hoje é uma empresa muito respeitada no Estado do Ceará, no ponto de vista da gestão da água, porque há uma cobrança da própria sociedade com relação a se ter uma empresa focando nesse aspecto da gestão.

A nossa política estadual está muito focada no planejamento e na integração de ações, na regularização do uso da água. Hoje o Estado trabalha muito voltado para essa questão da regularização de uso, através do direito do uso de água. Nós temos um foco muito grande na gestão participativa.

A locação racional da água. Todo o processo de distribuição da água no Estado do Ceará passa por um processo de discussão com a sociedade, seja nos Comitês de Bacia, nos 12 comitês, seja nas comissões que cuidam dos reservatórios ou dos aquíferos.

Então, eu diria que o Estado hoje tem uma forte relação com a sociedade do ponto de vista da gestão da água, porque, hoje, para qualquer ação que você vá fazer que não tenha essa relação com os Comitês de Bacia, com as comissões, há uma cobrança muito forte da sociedade.

A integração de bacias. O Estado tem um programa forte de integração de bacias, desde o canal do trabalhador, o Eixão das Águas. Agora nós estamos fazendo um outro grande Cinturão das Águas no Estado do Ceará. O Eixão das Águas liga toda Bacia do Jaguaribe à região metropolitana, e o Cinturão das Águas é um outro braço que está sendo construído agora — já foi iniciado — e vai ligar o outro lado do Estado do Ceará, abraçando o Estado do Ceará em dois grandes



canais, distribuindo a água que nós estamos aguardando da transposição do São Francisco e também fazendo a distribuição das águas dos reservatórios.

Retomada das obras de reservatórios, canais e adutoras. O Ceará é um Estado que sempre está em obras hídricas. Agora mesmo, nós estamos fazendo o CAC, que é o Cinturão das Águas, e mais reservatórios e adutoras.

Adoção dos instrumentos de gestão. O Estado adota todos os instrumentos de gestão que foram falados na apresentação da Agência Nacional.

O nosso foco é muito forte nessa questão da alocação da água. O Estado tem uma capacidade de acumulação de 18,8 bilhões de metros cúbicos de água. Ali está errado. Aqueles 144 são um dado antigo. Nós gerenciamos 153 açudes. O Estado do Ceará faz a gestão, acompanhando o nível desses reservatórios, fazendo o monitoramento da quantidade e da qualidade da água. Nós conseguimos perenizar, em períodos normais, 2.457 quilômetros de leito de rio. Isso tem gerado uma economia no Estado do Ceará, na pecuária, na atividade da irrigação no Estado. Quando você pereniza o rio, você gera o desenvolvimento de atividades econômicas.

Esses são os nossos Comitês de Bacia. O primeiro Comitê do Estado do Ceará foi criado em 1997 e o último, que é nessa região que faz interseção com a Bacia do Parnaíba, é o Comitê dos Sertões de Crateús, onde está o Rio Poti, e o da Serra da Ibiapaba também, onde temos um rio importante, que compartilha com o Estado do Piauí. Esses são os últimos comitês criados, nas 12 bacias hidrográficas do Estado. Aí são os membros desses comitês, que se reúnem quatro vezes no ano, para avaliar a situação hídrica do Estado do Ceará. Algumas vezes, eles fazem também reuniões extraordinárias.

Esse é um trabalho que a gente desenvolve das Comissões Gestoras de Água. Em cada bacia nós estamos incentivando. A COGERH mesmo, junto com o DNOCS, incentiva a formação das Comissões Gestoras de Água, para cuidar da água no âmbito local.

Instrumentos que nós utilizamos no Estado. Nós temos planos de recursos hídricos nas bacias hidrográficas. São seis planos, mas tem um que representa toda a Bacia do Jaguaribe, que são seis sub-bacias.



Outorga do direito de uso de água. A gente exercita o direito de uso de água no Estado do Ceará.

A cobrança. Nós já fazemos a cobrança pelo uso da água desde 1996. Então, o Estado já tem uma cultura implantada na questão do pagamento pelo uso da água do setor industrial, de saneamento, de irrigação. Todos colaboram para que a gestão possa ser efetivada. A COGERH recebe esse recurso e aplica na bacia hidrográfica, no monitoramento, nas ações do Comitê de Bacia. Todas as ações dos Comitês são custeadas com recursos da cobrança. O monitoramento, a operação dos reservatórios, a manutenção dos reservatórios são mantidos com recursos pela cobrança do uso da água. Já é uma cultura no Estado se pagar. No setor urbano, paga-se pelo uso da água tratada e também pelo uso da água bruta no Estado do Ceará. É algo já consolidado.

Sistema de informações que nós temos. Quem abrir o *site* do Estado vai encontrar o Portal Hidrológico, onde estão todas as informações de quantidade e de qualidade da água do Estado.

Esse é um programa do qual já falei. O Estado continua numa ação de construção de reservatórios. Entre 1993 e 2013, foram construídos 42 açudes, 122 adutoras, 210 quilômetros de canais, dentre eles o Canal do Trabalhador e o Eixão das Águas. É um canal que integra a região do Jaguaribe à Região Metropolitana de Fortaleza, integrando grandes reservatórios, como o Castanhão, o Orós e a Região Metropolitana de Fortaleza.

Também operamos 17 estações de bombeamento, transferindo água de uma região para outra dentro do Estado do Ceará.

Aqui são obras realizadas, adutoras, estações de bombeamento, novos reservatórios. Esse trabalho de gerenciamento realizado é continuado e de acompanhamento de toda a situação hídrica do Estado do Ceará. Essas informações são disponibilizadas.

Trabalho de gestão participativa. Toda a ação tem um compartilhamento muito forte com a sociedade.

Temos alguns desafios que nós ainda temos que enfrentar: avançar no planejamento; alcançar maior eficiência na alocação da água; expandir e



universalizar a regularização; garantir o acompanhamento; a fiscalização; e o controle social da água.

Estou encerrando. Só para finalizar, quero dizer que o Estado está aberto. Nós já participamos de várias atividades com relação à criação do Comitê do Parnaíba. Nós temos um marco regulatório com o Estado do Piauí, efetivado pela Agência Nacional de Águas, para construir reservatórios. Foi um acordo com a Agência Nacional de Águas para transferência de água entre os dois Estados, o Ceará e o Piauí. Então, a gente já tem algumas ferramentas de ação conjunta com o Estado do Piauí.

Acredito que o Estado esteja à disposição. Claro que a Agência Nacional de Águas tem um papel importante, por ser o ator mediador dessa ação de criação do Comitê do Parnaíba, mas o Estado está aberto para acompanhar e colaborar também nessa ação.

Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos ao Dr. João Lúcio Farias, Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará.

Registramos a presença do Deputado Silas Freire. Já fui à Comissão de Maioridade Penal e não o vi. V.Exa. estava aqui, então? Seja bem-vindo. Esta Comissão é pacífica. Deputado Silas Freire, registramos a sua presença.

Passamos a palavra ao Dr. Marcelo Medeiros, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. MARCELO MEDEIROS - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Deputados, Senadores, o Ministério do Meio Ambiente tem dois papéis na formação dos Comitês: um se dá através da Agência Nacional de Águas, entidade vinculada ao Ministério; o outro, porque o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, criado pela Lei nº 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, funciona dentro da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Nós somos responsáveis pela Secretaria-Executiva do Conselho. O papel do Conselho se dá mais à frente na formação.

À medida que o poder público e os usuários decidem criar o comitê de uma bacia, se ela é uma bacia federal, isso é submetido, por fim, à avaliação do



Conselho Nacional. Nós, os conselheiros, fazemos a avaliação da viabilidade do comitê. Se aprovado, o comitê é submetido ao Presidente da República.

Esse processo nós já o repetimos dez vezes até hoje. Nós temos dez comitês criados — nove funcionam. Quatro deles são os mais exitosos, porque conseguiram chegar à arrecadação. Eles fazem a cobrança pelo uso da água. O ponto crítico, o ponto mais importante do Comitê é conseguir chegar até o consenso de se fazer a cobrança. E mais importante do que cobrar é decidir como aplicar, senão não há motivo para a cobrança. A Lei nº 9.433 tem muito forte essa questão da gestão descentralizada. Por isso, há os comitês e os conselhos, tanto nacionais quanto estaduais.

O conselho já é mais fácil. Nós temos o nacional funcionando desde 1998 e há 4 anos foi feito o último conselho estadual. Então, nós temos 27 conselhos funcionando.

O comitê já é mais difícil, porque é basicamente uma iniciativa da sociedade. É preciso uma mobilização muito forte na bacia, que consiga convencer os governos — o que já é um passo complicado, porque, quando se cria o comitê, divide-se poder — e depois convencer os usuários. E há muitos usuários que não vão querer ser regulados: ou não enxergam ou enxergam isso como uma ameaça ao negócio. Então, é um pacto muito complicado para montar dentro de uma bacia hidrográfica. Desde 1997, da instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, nós temos dez comitês federais.

Com os comitês estaduais é diferente. Hoje nós já temos mais de 200 comitês estaduais instalados e funcionando no País. Os federais são só dez.

Há outro problema no Comitê: a exemplo do conselho — estadual ou nacional —, os Comitês de Bacia, não importa se são estaduais ou federais, têm duas grandes funções. A primeira é arbitrar conflitos. De uma maneira simplista, você traz para o Comitê pessoas que você não gosta para discutir assuntos complicados. É difícil manter a coesão dentro do Comitê.

O segundo ponto, que é algo muito importante para o comitê, mas que também é um fator dificultoso, é que tanto comitês quanto conselhos regulamentam lacunas da lei. O Nelson, da ANA, falou basicamente da lei e de duas regulações do Conselho Nacional.



A lei diz que se criem comitês, mas as regras de criação e as exigências, não só para que se criem, mas para que se verifique realmente a mobilização da sociedade e haja viabilidade para o funcionamento dos comitês, são dadas por duas resoluções criadas posteriormente pelo Conselho Nacional para preencher essas lacunas da lei. As resoluções têm um rol de requisitos para o comitê, que o Nelson já mostrou. É muito difícil haver essa coesão.

Eu conheci o Avelar, em Teresina, no início deste ano, em uma reunião convocada pela OAB do Piauí, e vemos a dificuldade em montar essa mobilização, porque envolve três Estados, são três sociedades, três Governos e três setores usuais, que estão divididos em três áreas políticas diferentes. Não é simples, tanto que há muitos anos se tenta fazer o Comitê do Parnaíba.

Há outro problema também no comitê que é a representatividade — o Nelson acabou falando nisso. Passamos por isso tanto nos comitês quanto nos Conselhos Estaduais, bem como no Conselho Nacional. Há que se compreender que, depois daquele esforço enorme para se montar o comitê, ele tem que funcionar, senão não há necessidade dele. Por que ele teria sido criado então?

A representatividade é algo terrível, porque é o que geralmente esvazia o poder de todos os comitês e conselhos. Se as pessoas que são mandadas não representam o seu setor, o que elas fazem lá? Eles criam decisões vazias e tiram o comitê do centro de poder. Passamos por isso tanto nos comitês como nos Conselhos Estaduais e eventualmente no Conselho Nacional. Tem que ser mantida depois essa coesão do início.

Qual é o papel principal do Conselho? As duas resoluções tendem a verificar isso que eu disse: a coesão do movimento que tenta formar o comitê, porque não é o movimento só da sociedade civil, tem que envolver as três esferas.

O Nelson mostrou a composição do comitê, que é muito parecida com a composição dos Conselhos Estaduais e Nacional. É uma fração da sociedade civil, uma fração de usuários e uma fração de governo.

O comitê é mais interessante, porque o Governo não vai ter maioria. Então ele se torna mais paritário. Isso pode ser perdido depois com a questão da representatividade. Se não se tem elementos à altura que representem



decentemente os usuários e a sociedade, o Governo tende a engolir também o comitê. Isso tem que ser observado.

O nosso papel principal é, se cumpridas as exigências da primeira resolução, que é a Resolução nº 05, e depois uma muito difícil que é a Resolução nº 09, que é o pacto dos Estados com a União... Porque o comitê tem que ser mantido, o comitê não é uma salinha em que se encontram pessoas. Ele tem uma estrutura física por trás dele. Quando as deliberações são criadas no comitê, têm de ter uma estrutura administrativa e técnica que suporte a melhor decisão para que se chegue a uma deliberação. Portanto, é um escritório a ser mantido, com corpo administrativo e corpo técnico.

Essa última resolução quer trazer justamente uma divisão de obrigações administrativas, técnicas e financeiras entre os Estados que irão compor o comitê e a União. Ou seja, todo mundo tem que colocar um pouco. É meio difícil conseguir, no final, convencer os Estados a ceder recursos e pessoal para que exista um comitê. Sabemos da dificuldade tanto de Estados como da União de manter estruturas técnicas administrativas hoje em dia.

Se são vencidas essas duas grandes exigências das duas resoluções, isso é levado ao Conselho Nacional e vai passar por uma câmara técnica no conselho, tanto técnica especialista como jurídica, ao final. Vencido isso, o conselho acha por bem aprovar, e é levado depois à decisão da Presidente da República, para que se emita um decreto. Os comitês federais são criados por decretos federais, assim como os comitês estaduais são criados por decretos estaduais. Há essa simetria nas leis.

Eu não posso fazer um juízo de valor agora. De maneira bem simples, acabei falando que o conselho tem uma fase de instrução que é tipo cartório. Registramos atos para que se forme um processo, a fim de que os conselheiros deliberem depois. Infelizmente, eu não tenho muitos atos que levam à formação do Comitê do Parnaíba. Eu tenho algumas correspondências de 2010 sobre a intenção de se criar a comissão, e nós somos comunicados disso. Eu tenho alguns abaixo-assinados de 2012, mas eles não cumprem aquela função exigida pelas resoluções. Então, estou esperando o empenho do Avelar em cumprir os demais processos das duas



resoluções. Isso vai gerar documentações que vão criar um processo e vão ser instruídas. É o nosso empenho. Não se joga nas costas dos outros.

Em Teresina, eu disse uma coisa meio triste. Tenho um pequeno armário na minha sala que são os comitês que existirão. Há cinco comitês guardados ali, e eu espero tirar logo o do Parnaíba para ir para frente, pois é o mais avançado em mobilização que temos até agora. Há ainda o do Uruguai e outros comitês que estão muito atrás. Eu espero que você tenha sucesso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos a colaboração do Dr. Marcelo, que representa o Ministério do Meio Ambiente nesta questão dos comitês.

Nós vamos franquear a palavra aos Parlamentares presentes. Pergunto ao Senador Elmano e à Senadora Regina se desejam fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

A SRA. SENADORA REGINA SOUSA - Nessas resoluções, quais passos nos faltam cumprir? Nós já participamos de muita reunião. Eu não sou da área. Estudo, mas não sou atuante na área. Gosto de trabalhar nessa área do meio ambiente e já participei de muita coisa. Esta é a primeira audiência pública, porque nunca fui Parlamentar. Quais passos ainda precisamos cumprir para efetivar o Comitê da Bacia do Parnaíba?

O SR. AVELAR DAMASCENO DE AMORIM - Senadora, nós temos que cumprir fielmente as exigências de duas resoluções. A Resolução nº 05 exige o levantamento do diagnóstico da bacia. Com o apoio da CODEVASF, nós conseguimos concretizar esse trabalho.

Com muito trabalho e ao longo desse tempo, conseguimos elaborar a justificativa circunstanciada.

A diretoria provisória, pelo menos que estava presente na última reunião do IBAMA, foi eleita, sendo a CODEVASF a Secretaria Executiva dos trabalhos, por ser um órgão federal e por ter interesse. A CODEVASF tem estrutura e capilaridade para ajudar nesse trabalho.

Então, nós, no Estado do Piauí, precisamos subscrever a proposta. Precisávamos de 84 assinaturas dos prefeitos e conseguimos 93. Cumprimos essa exigência.



Com relação à sociedade civil, aos usuários, que é um número bem menor, nós já atingimos essa meta no Estado do Piauí. Ficamos aguardando uma reunião em Crateús com o apoio do Ceará e uma reunião em Balsas com apoio do Maranhão.

Vimos fazendo essa articulação no âmbito da Assembleia Legislativa, com alguns Deputados dos dois Estados, para agilizar, porque falta muito pouco. O Ceará só precisava de seis prefeituras para assinar esse documento. Numa reunião é possível. Senão, pegamos um carro e vamos a cada prefeito para colher a assinatura. Então, com relação à Resolução nº 05, eu não vejo dificuldade. Está fácil nós a concretizarmos.

A Resolução nº 109 incomoda o nosso Nelson Freitas. Passamos uma tarde aqui falando com o Nelson, que foi muito atencioso, explicou-nos todo o detalhamento do cumprimento da 109, que é um pacto — a senhora, o Senador Elmano, o Senador Ciro Nogueira e os Deputados têm que entrar nesse processo — assinado entre a ANA, os três Governadores e os comitês já criados nos Estados. No Ceará há dois e também no Piauí há dois já criados. Mas isso aí é o passo seguinte que estamos imaginando depois de concretizar essas reuniões em Balsas e Crateús.

Estamos na expectativa dessa reunião com o apoio dos senhores aqui. Eu tenho certeza de que a Câmara vai apoiar esse nosso projeto, e vamos tentar concretizar esse trabalho. Eu acho que falta muito pouco para isso. O grande desafio é a 109 como o senhor diz. O Nelson está, na medida do possível, nos dando o apoio para concretizar esse trabalho. É um trabalho que precisa, daqui para frente, do envolvimento dos três Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradeço a resposta do Sr. Avelar.

Quero registrar a presença da Dra. Margarete Coelho, Vice-Governadora do Estado do Piauí, e da Dra. Geórgia, especialista em Direito Eleitoral.

Depois, o Sr. Deputado Antonio Félix fará uso da palavra.

Passo a palavra, agora, ao Deputado Pedro Fernandes, do Estado do Maranhão.



O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Deputado Átila Lira, primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública.

Eu não me inscrevi para falar, mas quero me colocar à disposição do Dr. Avelar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Sr. Avelar, preste atenção ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu coordeno a bancada do Maranhão e quero me colocar à disposição para mobilizarmos o Estado. Estou bem próximo do seu Governador para que façamos algumas ações. Eu vou passar o meu contato para o senhor. Coloco-me à disposição.

Tenho certeza de que, agora, com o Deputado Átila à frente da Comissão do Meio Ambiente, esse comitê sai. Ele vai cobrar isso de todos.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - É nossa tarefa.

Tem a palavra o Deputado Antonio Félix.

Deputado Silas, V.Exa. quer usar da palavra? (*Pausa.*)

Então, Deputado Silas Freire, pode falar.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu peguei o barco já andando, mas, de qualquer maneira, ouvi uma explanação do Ceará com a qual ficamos, como piauienses, admirados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - É impressionante.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu tenho pouco conhecimento do trabalho de perenização feito pelo Ceará. É fantástico como o Ceará, pela dificuldade histórica de lidar com a água, sempre enfrentou, já há muitos anos, esse seu problema, que passou a ser inclusive resolvido frente a frente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizá-lo. Aqui se encontra o nosso Secretário Estadual do Meio Ambiente, o Superintendente Romildo, o Deputado Antonio Félix e a nossa Vice-Governadora.

Nós precisamos de uma cultura de trabalhar de frente com os nossos problemas hídricos. Nós precisamos urgentemente nos aproximar dos nossos rios, porque, para protegermos o Parnaíba, precisamos perenizar os outros. Isso é de uma urgência urgentíssima, como dissemos lá no Estado do Piauí.



Temos outro grande problema: a cultura de arrecadar, porque tudo isso tem custos. Eu queria aproveitar a presença do Presidente da CODEVASF, o nosso querido piauiense Felipe Bentes, para dizer que, nesse trabalho de perenizar os nossos rios de proteção do Parnaíba, o senhor é uma peça-chave, com quem nós temos que contar. Mais uma vez temos que lhe falar que o senhor precisa estar ao nosso lado e deve estar, sempre estará, sei que estará, porque é um momento em que, realmente, as nossas atenções precisam voltar.

Eu não imagino — aliás, ninguém imagina — o Piauí sem o Rio Parnaíba. O Piauí não existe sem o Rio Parnaíba.

Então, nós precisamos, Deputado Átila — V.Exa. como Presidente desta Comissão tão importante, bem como o Deputado Rodrigo Martins —, fazer esse amplo fórum também no Estado do Piauí. Precisamos provocar essa discussão no Estado do Piauí, com os Municípios ribeirinhos, com os Municípios cujos rios precisam ser perenizados para a proteção do Parnaíba.

Fico feliz com essa movimentação da Comissão, essa preocupação com o nosso Parnaíba. O Piauí não existe sem o Parnaíba. Nós precisamos preservá-los, precisamos nos dar as mãos. Numa guerra dessa, numa união dessa, não se pode ver coro partidário, esquema político, porque eu acho que o Parnaíba é hoje o símbolo mais importante do nosso Estado.

Portanto, queria elogiar a iniciativa e ao mesmo tempo reforçar o apelo ao nosso Presidente da CODEVASF. Sabemos que o momento é difícil, que o orçamento está escasso. O nosso Secretário Estadual, o Superintendente de Recursos Hídricos Romildo Mafra e nós temos que copiar as alternativas para aprender a cultura de buscarmos financiamento que não seja só público, por exemplo, cobrando água bruta. Não me recordo aqui de um exemplo direto do Estado do Piauí com essa modalidade. Enfim, precisamos proteger o nosso Parnaíba, porque se dermos adeus a ele teremos que dar adeus também ao Piauí.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Eu quero registrar a presença do Dr. João Clímaco Soares, que representa o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Passo a palavra ao Deputado Antonio Félix.



O SR. ANTONIO FÉLIX - Quero parabenizar a Câmara Federal e os Deputados aqui presentes pela iniciativa desta audiência pública. É uma audiência de grande importância para os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, para tratar desse Comitê da Bacia do Parnaíba.

É uma discussão que já vem se alastrando há muito tempo. Eu acho interessante o encaminhamento, Deputado Átila.

São cinco passos que seguem a Lei nº 9.433. O primeiro, seriam as propostas das instituições. Então, nós dos três Estados poderíamos nos resumir a esse primeiro passo de colher as assinaturas, a subscrição de todos os Estados para participarem desse primeiro passo, para depois fazermos o pacto de gestão. Depois, inclusive, dos encaminhamentos da aprovação da proposta. Porque quando pegamos o todo, muitas vezes, nós nos perdemos no caminho.

Então, acredito que a proposta é de que os três Estados saiam daqui com o acordo feito de pegarmos a subscrição de cada Estado. Cada Estado ficaria praticamente responsável para pegar a sua subscrição, com o auxílio dos outros dois Estados.

É o encaminhamento que faço.

Também trago algumas preocupações, Presidente, do meu Estado. Primeiramente, pergunto ao Estado do Ceará: como está a construção da barragem de fronteira? Houve a participação do Estado do Piauí para a sua execução? Como está essa situação?

Deixo um questionamento, uma preocupação: a ANA vem fiscalizando o cumprimento da Resolução nº 547, firmada entre ANA, Estado do Piauí e Estado do Ceará?

Este ano, praticamente, não recebemos águas do inverno, praticamente não correu água no Rio Poti. E essa água, conforme essa resolução, salvo engano, teria um controle de vazões, no qual se estabeleceria a quantidade de água que seria liberada para o Estado do Piauí. Uma situação nesse sentido.

Como está a construção da barragem? Qual é a consequência disso para o Rio Poti? Como está a situação das nascentes do Rio Poti, no Estado do Ceará? Isso nos preocupa.



Por último, outra preocupação que trago: há risco de contaminação do Rio Poti com a exploração de ferro realizada em suas margens, também no Estado do Ceará?

Deixo registrada essa preocupação e também essa discussão para os órgãos competentes, o Estado do Ceará e a ANA.

Era só isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Gostaria de reforçar o pedido de informação do Deputado Antonio Félix. Tivemos uma audiência pública na OAB do Estado do Piauí, na sexta-feira passada, com a participação do Secretário do Meio Ambiente do Estado do Piauí, Ziza Carvalho, de organizações civis, de representantes de Poderes e eu. Realmente causou-nos muita dúvida a possibilidade dessa construção, porque não se debateu em audiência pública não somente no Estado do Ceará, mas também com o Estado do Piauí.

A ausência desse debate, a ausência da discussão com a população, principalmente, que vive à margem do Rio Poti, deixa uma série de questionamentos, uma série de dúvidas. Então, reforço o questionamento.

Passo a palavra ao João Lúcio Farias.

O SR. JOÃO LÚCIO FARIAS - Há alguns anos, houve uma ação, um primeiro diagnóstico que fizemos da bacia que chamamos de Poti-Longá. Foi uma ação conjunta da Agência Nacional de Águas, o setor de recursos hídricos do Estado do Ceará e o setor de recursos hídricos do Estado do Piauí. Nós fizemos um grande diagnóstico dessa bacia, pegando mais o lado do Estado do Ceará e do Estado do Piauí.

Esse diagnóstico levantou toda a situação ambiental do Rio Poti e de toda a bacia que chamamos de Bacia do Poti-Longá. Esse material é um direcionador de ações voltadas para essa questão ambiental.

Desse diagnóstico surgiu, naquele momento, um marco regulatório entre os dois Estados. Esse marco regulatório, pelo que eu sei, está em vigor. Nele se estabeleceu a questão de construção de novos reservatórios e a questão de transferência de vazões entre os Estados do Ceará e Piauí. Esse marco está em vigor.



A Barragem Fronteiras, que está pronta, com ordem de serviço a ser dada, é um reservatório que teria a possibilidade de ser construído por mais ou menos 1 bilhão. O Estado do Ceará, no acordo sobre esse reservatório, passou a ter metade desse recurso, em torno de 500 milhões, para que o Estado do Piauí também pudesse construir outro reservatório, o Castelo.

Então, foi um acordo entre os dois Estados, à época, para que o Ceará não construísse um reservatório de 1 bilhão, mas que diminuísse a sua capacidade para que o Estado do Piauí também pudesse construir um reservatório mais ou menos com essa magnitude, em torno de 500 milhões.

A Barragem Fronteiras é um projeto do DNOCS. O projeto já está pronto, aprovado, contratado, mas falta a ordem de serviço. Aí há o problema de uma estrada de ferro que passa dentro da bacia do reservatório. Isso está sendo contornado.

Esse acordo tanto de transferência de vazão como de construção de novos reservatórios na Bacia do Poti-Longá foi estabelecido pela Agência Nacional de Águas num acordo entre os dois Estados.

O SR. ANTONIO FÉLIX - A título de colaboração...

O SR. JOÃO LÚCIO FARIAS - Ele está em processo de atualização. Nós iniciamos, na gestão passada, uma atualização desse marco regulatório. Esse está sendo um trabalho feito conjuntamente com a Agência Nacional de Águas. Nós aguardamos que as novas gestões assumissem, para que retomássemos essa discussão do marco regulatório.

O SR. ANTONIO FÉLIX - Até para colaborar com os Deputados e Senadores aqui presentes, o que é importante para o nosso Estado do Piauí. A construção da barragem de Castelo são 420 milhões. Ela já está no PAC 2. A licitação esteve interrompida, em virtude de uma ação da ONG Olho Vivo, salvo engano. Ela estava na mão do Ministro do TCU. Foi sanada toda a problemática, e acreditamos que já está no ponto — pedimos até aos Deputados Federais, que são altamente competentes — de sair o recurso. Falta fazer a licitação. Pedimos à Senadora Regina que fale com o nosso Governador, Wellington, e com a nossa Vice-Governadora. Está no ponto da liberação do recurso. Foram supridas todas as deficiências. É verdadeira a participação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Obrigado. Nós vamos fazer esse encaminhamento.

Antes de passar a palavra à nossa Vice-Governadora, Margarete, vou passá-la ao Deputado Rodrigo Martins. Depois, ao Deputado Edmilson Rodrigues. Em seguida, à Dra. Margarete Coelho.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Só para externar a nossa preocupação, falando da audiência pública que aconteceu especificamente sobre o Poti, na OAB do Estado do Piauí. Existe uma série de questionamentos, inclusive envolvendo até a limitação de fronteira, onde inicia, onde termina o limite dos Estados. É realmente complicado. Nós entendemos as dificuldades.

Segundo relatos das duas partes — o Secretário Ziza pode confirmar —, existe a possibilidade de avançar o limite do Estado do Ceará 8 quilômetros adentro do Estado do Piauí. E sempre se tem esse questionamento. É lógico que não compete ao Sr. João Lúcio Farias dizer, realmente, sobre isso. Mas seria interessante atualizarmos esse marco regulatório até definirmos esses nossos limites, para que fique claro. A região específica é riquíssima em potencial turístico, potencial hídrico, onde há várias gravuras pré-históricas. Certamente, o tema será debatido em uma audiência pública específica sobre o Rio Poti.

Fica aí, Presidente Átila Lira, a nossa preocupação e o nosso desejo de, ainda assim, complementar esse debate do Vale do Poti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do Pará.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu quero até me desculpar, porque quem não é Parlamentar estranha. Eu estava aqui, na abertura, assisti a algumas palestras e bebi conhecimento sobre a Bacia do Parnaíba. Mas tive que ir à CPI do Sistema Carcerário, onde houve votações sobre diligências no meu Estado, que é um problema caótico no País todo. Então, peço desculpas, pela perda que tive, por não ouvir todos os pronunciamentos.

Eu me inscrevi mais para parabenizar a iniciativa do nosso Presidente, Deputado Átila Lira, que é essa pessoa humilde e sábia, ao lado do jovem Deputado Rodrigo Martins. E quando eles apresentaram requerimentos, que foram aprovados por unanimidade, eu sugeri que a audiência fosse no Vale do Parnaíba, no Piauí.



Teria um significado simbólico, sem ciúmes dos dois Estados, que são hegemônicos. É verdade. O Piauí é hegemônico, em termos do Parnaíba, por isso a escolha do Piauí. Creio que, realizando a audiência lá, nós possibilitaríamos que uma multidão pudesse participar. As autoridades poderiam ouvir as comunidades ribeirinhas, os pescadores, os grandes produtores rurais. Aliás, hoje, o Piauí é uma referência para o agronegócio. Coisa que não se acreditava há cerca de 20 anos.

Por isso eu propus que fosse lá. Mas acho que aqui a representação cumpriu, desde a primeira palestra da ANA, que foi didática, mostrando os caminhos para se cumprir a legislação, as normas de se viabilizar o objetivo da reunião, que é a constituição do Comitê.

Cumpriu o papel, mas não queria abrir mão da ideia. Eu concluo com isso, viu, Deputado?

Vamos propor, agora, a parte dois: um evento, não sei se com caráter de audiência pública. No entanto, é um bom público para a sociedade conhecer o que está sendo debatido e colaborar para a feitura de manifestos, abaixo-assinados, ou as assinaturas necessárias, para reunir mesmo as principais autoridades, e colocar esse projeto como algo central. No momento, mais do que nunca, fala-se em guerra da água, crise hídrica. Imaginem se, a montante, um governador pede autorização, ou o Governo Federal resolve fazer uma hidrelétrica que barre a água em direção à jusante! Aí, logo o governador que está a jusante protestaria. Bastou a crise de São Paulo se acentuar... Porque aí, o nordestino pode passar sede. Mas quando a crise chegou ao quintal dos paulistas, virou repercussão mundial.

Quando se interferiu na bacia de um importante rio do Rio de Janeiro, aí vai o Pezão e diz: *“Aqui não põe o pé de paulista. A água é nossa.”* Mas não é preciso isso, porque, se há um comitê, pressupõe-se que vai haver um esforço intergovernamental, interinstitucional e de composição ampla, incluindo a sociedade civil, com a participação técnica rigorosa, para fazer o planejamento territorial e evitar essas crises.

Eu acho que já se cumpriu o papel, mas é preciso agora criar uma sinergia maior. Daí eu proponho...



Eu quero ser convidado. A primeira vez que fui ao Piauí, aos 16 anos, foi tocando trompete numa banda de que eu participava na Escola Técnica Federal. Já fui várias vezes depois como professor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Você vai novamente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quero voltar lá para festejar a instalação do Comitê do Rio Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Muito obrigado. Nos encaminhamentos, nós vamos acatar essa sugestão e trabalhá-la, porque todo mundo sabe que esse não é um comitê burocrático. Não vai ser uma agência de governo. É algo complexo. Ninguém tem ideia de que uma agência dessas tem um papel de gestor, de cobrador, de mobilizador de uma série de iniciativas em torno da questão da água, e a água como centro do desenvolvimento da região.

Então, a sugestão está bem acatada. Sobre o exemplo citado da crise, nós vimos na semana passada, sexta-feira ou sábado, meu caro representante do Ceará, Dr. João, no debate da OAB, que já havia essa reclamação justamente da comunidade de Teresina e do Estado que desconhecia, às vezes, essa mediação que a Agência Nacional de Águas estava realizando.

Esses são os conflitos que tradicionalmente nós não tínhamos — eles aconteciam só num plano privado muito restrito — e que hoje são questões às vezes insensatas. Vê-se o Rio de Janeiro se desentendendo com o Governo de São Paulo por uma questão vital como a questão da água.

Tem a palavra a Vice-Governadora do Estado, Dra. Margarete Coelho.

A SRA. MARGARETE COELHO - Boa tarde a todos.

Senhoras e senhores, gostaria inicialmente de cumprimentar, como fizeram todos que me antecederam, o nosso Presidente pela importância deste evento.

Eu reputo a audiência pública como um dos instrumentos mais eficientes da democracia participativa, principalmente, Sr. Presidente, quando essas audiências públicas, como esta que V.Exa. preside agora, possibilitam a fala de todos que participam, colhendo sugestões, ouvindo especialistas.

Neste momento, cumprimento os especialistas da área por intermédio do Dr. Avelar, um grande apaixonado pelo tema. Eu digo que o Dr. Avelar é um daqueles que não deixam o tema morrer, que não deixam a bandeira no chão, que não



deixam a peteca cair. Então, ele vai estar sempre — eu confio nisso — cutucando esse assunto que é tão premente, que é tão importante.

A questão do meio ambiente é muito importante. Não é aquele papo de preservar folhinha. Não é aquele papo lagarta como diz o Eros Grau. O meio ambiente é uma importante fonte de desenvolvimento, é uma importante fonte de geração de riquezas. Acima de tudo, ele está amparado não só nos direitos fundamentais, mas também na ordem dos direitos econômicos. Então, ele tem esse viés econômico também, que tem que ser visto, que tem que ser preservado e, acima de tudo, estudado.

Não é do desconhecimento de ninguém — eu acho que todos que estamos nesta sala concordamos com isso — que não conhecemos o nosso meio ambiente. A Bacia do Parnaíba, uma das maiores do Nordeste — só perde para a Bacia do Rio São Francisco —, poderia beneficiar mais de 4 milhões de cidadãos, mais de 4 milhões de habitantes, ainda é desconhecida por nós. E ainda não há estudos sobre ela.

Ao mesmo tempo em que fico feliz de estarmos aqui discutindo a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, lamento que, em pleno século XXI, agora é que estejamos fazendo isso. Demorou, como dizem os jovens. Se tivéssemos de colocar uma *hashtag* aqui, Deputado Rodrigo, o senhor que é da ala jovem, ela seria exatamente essa: demorou!

Então, eu queria falar dessa importância, principalmente porque os três Estados são berço da Bacia do Parnaíba, que se encontra numa região importantíssima, a MATOPIBA, hoje considerada o celeiro da produção de grãos do Brasil, a última fronteira agrícola, para usar um jargão que vem sendo usado sucessivamente por todos.

O que acontece? Nós temos nessa região uma área muito sensível que é exatamente a área onde estão as nascentes do Rio Parnaíba. Acho que o papel do poder público, da sociedade é o de se antecipar à ordem econômica, porque a *lex mercatoria*, a lei do mercado, é muito forte e admite muitos poucos, vamos dizer, freios. Então, se as instituições chegarem antes delimitando áreas, criando marcos regulatórios, fixando as atividades que podem ser desenvolvidas em cada uma dessas áreas, com certeza nós teremos água, e água perene, água suficiente e



água com qualidade para toda essa população ribeirinha que, como eu disse há pouco, é de mais de 4 milhões, no momento. E elas poderiam ser beneficiadas. Usar os nossos rios apenas para receber efluentes é desmerecer o que a natureza nos deu.

O Piauí, o Ceará e o Maranhão, numa área do Semiárido, numa área de aridez, possuem esse grande manancial de água e têm que cuidar dele. Então, a minha sugestão é que desta audiência pública já saia um compromisso dos três Estados — Piauí, Ceará e Maranhão —, um compromisso de irmãos, aqueles que são não separados, mas unidos pelo Rio Parnaíba, de que esta bacia será preservada para que possamos deixar esse grande patrimônio, como está na nossa Constituição, não só para esta geração, mas para as gerações futuras.

Então, eu gostaria de mais uma vez deixar aqui os cumprimentos a todos os presentes. Quero cumprimentar todos pelas brilhantes participações e congratular-me com todos por este importante momento que o meio ambiente vive aqui na Câmara Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Obrigado, caríssima Vice-Governadora.

Antes de passar a palavra para a representante da OAB do Piauí Dra. Geórgia Nunes, gostaria de dizer que eu acho que nós estamos convergindo no sentido de fazermos um encaminhamento sobretudo institucional. Eu acredito muito no encaminhamento de governo, neste momento. Nós vamos ter uma reunião de governadores agora em julho, no Piauí. O Governador Wellington Dias está organizando um encontro de Governadores do Nordeste para julho.

Nós temos que fazer um esforço. Está aqui o Dr. Luiz Henrique, que está empenhado em conduzir pelo Governo do Estado essa articulação com os dois Secretários da área, já que o Dr. João, que tem uma postura... O Ceará tem uma postura e conhecimento para, num prazo zero, esgotarmos esse assunto no Ceará.

Quanto ao Maranhão, o Governador Flávio Dino esteve no Piauí e se comprometeu com o Governador de dar velocidade e solução para este problema.

Então, nós temos que, no plano de governo, andar depressa nessas questões, ajudando inclusive a mobilização da comunidade que a OAB está



fazendo, os movimentos sociais em Teresina, no Ceará e no Maranhão. Essa velocidade tem que ser buscada. Se nós estamos ainda no momento de não ter uma solução é porque é complexo o encaminhamento de uma questão como esta. São decisões coletivas, não são unilaterais, não. Elas implicam uma interação, uma responsabilidade que envolve tudo, a sociedade nas suas várias dimensões.

Com a palavra a Dra. Georgina Nunes.

A SRA. GEÓRGIA NUNES - Sr. Presidente, eu sei que esse seu modo de me chamar é carinhoso, é pela atenção de longa data que o senhor tem por toda a minha família.

Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui participando desta audiência pública, representando o nosso Presidente Willian Guimarães, que me pediu que registrasse a satisfação e a importância de estarmos realizando esta audiência, como já dito pela Vice-Governadora e pelos que nos antecederam, num momento um pouco tardio, mas sempre importante e necessário, tendo em vista que essa é uma pauta constante nossa.

A nossa intenção é destacar que a OAB, desde 2007, através do Conselho Federal da Ordem, através das seccionais do Piauí, do Maranhão, do Tocantins e da Bahia, ingressou com uma ação civil pública, que teve recentemente o seu desfecho com uma sentença contra o IBAMA, contra o ICMBio para a criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

Além dessa medida, que foi uma medida necessária, judicial, a gente vem trabalhando no debate dessa questão do salvamento dos nossos Rios Parnaíba e Poti desde aquela época. Fizemos uma excursão nas nascentes do Rio Parnaíba, ainda no ano de 2007, justamente para subsidiar essa ação civil pública e demonstrar a realidade daquela área ribeirinha, a importância do poder público se preocupar e voltar os olhos para a realidade daquele povo e de como estava se deixando deteriorar. Felizmente, nós tivemos um provimento favorável nessa ação civil pública. Mas não foi só isso. Ainda em 2013, quando o Presidente Willian Guimarães assumiu a gestão da Ordem dos Advogados do Brasil, nós conclamamos a sociedade piauiense para uma reunião a respeito da situação do Rio Poti. Novamente, este ano, nós tivemos uma parceria do Instituto CO² Zero. Realizamos



um evento de recursos hídricos. O Deputado Rodrigo Martins bem pautou essa questão. Nós tivemos grandes debates, registramos importantes questões.

A intenção, Deputado Átila Lira, Srs. Deputados e representantes das entidades aqui presentes, é apenas demonstrar que a OAB será sempre parceira na defesa dessa questão. Contem conosco. Nós pretendemos implementar, da forma mais breve, até para dar cumprimento ao que foi decidido pela decisão judicial da Justiça Federal, do TRF da 1ª Região, e dizer da nossa satisfação de participar e auxiliar num tema que é bastante caro para todo o Brasil, não apenas para esses Estados envolvidos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Muito obrigado, Dra. Geórgia.

Nós vamos encerrar os trabalhos, mas, antes, perguntamos se algum dos expositores quer usar da palavra.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Os encaminhamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Tem a palavra o Dr. Nelson Freitas. Depois falarão o Dr. João Lúcio Farias e o Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Peço a palavra para fazer uns encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Pode fazer. Não há problema.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Só uns encaminhamentos do trabalho.

O SR. NELSON NETO FREITAS - Sr. Presidente, é rápido.

Eu queria tomar o fio do raciocínio do meu colega, o Secretário Marcelo. E inspirado principalmente na fala do Deputado Silas Freire e da Vice-Governadora, eu queria falar um pouquinho dos instrumentos e sobre a pergunta da Senadora a respeito do que falta, do que nós temos que fazer.

Realmente, as questões da Resolução nº 05 parece que estão mais bem encaminhadas, e da 109 são mais desafiadoras. Embora à primeira vista o cumprimento da 109 possa parecer meramente formal, meramente protocolar, não é. Ela é carregada de um simbolismo, que é o simbolismo do compromisso. A 109 vem para reforçar isso.



Então, o compromisso que se assumir na 109, a robustez desse compromisso é a exata medida da robustez e da relevância que o comitê terá quando instalado. O comprometimento prévio dos Estados.

A 109 é meio que um freio, para que aquele armário do Marcelo, ao qual ele fez referência, não lote de processos inconsistentes. A 109 é esse freio. Cumprida a 109 adequadamente — não a garantia, porque em gestão de águas não há garantias, ela é pactuada, ela é povoada de riscos — nós vamos ter uma grande segurança: o comitê vai andar com relevância; vai ser portador de mudança; vai ser capaz de fazer frente aos desafios, que foram muito bem apontados aqui.

Estamos à disposição, inclusive, para examinar esses documentos informalmente. A prerrogativa de aprovação é do Conselho Nacional. Mas eu me coloco e coloco a ANA à disposição para fazer essa avaliação dos documentos, para que, quando chegarem ao conselho, já estejam redondos, já estejam consistentes. Que essa análise do Marcelo seja bem mais facilitada, e o processo nem irá para o armário — não é, Marcelo? Vai direto para o trâmite adequado.

Eu queria fazer uma referência ao trabalho do Avelar.

A primeira vez em que ele entrou em contato comigo eu percebi: *“Nossa! Esse rapaz está empolgado.”* Mas empolgação é um sentimento fugaz. Na segunda vez, eu percebi que ele estava entusiasmado. Eu disse: *“Olha, o entusiasmo já é um sentimento um pouco mais robusto.”* Mas agora eu percebo que ele está convicto. Então, ele está convencido da importância e da necessidade e está começando a nos contaminar — no bom sentido — com essa convicção.

Então, eu espero que essa convicção perdure, que aquele instrumento lá da 109, aquele acordo, seja impregnado dessa convicção, e que Piauí, Maranhão e Ceará coloquem, então, a gestão do Parnaíba na sua primeira agenda, porque este é o desafio da política de recursos hídricos: é colocar a gestão na primeira agenda dos Governos.

Se essa convicção do Avelar for permanente, eu acho que a gente pode fazer um grande trabalho no Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Passo a palavra para o Dr. João Lúcio.



O SR. JOÃO LÚCIO FARIAS - Eu queria só corrigir aqui. Eu também estou aqui com a representante do Estado do Ceará, que representa o Governo do Estado do Ceará, a Dra. Luciana, que está nos acompanhando e que vai também nos ajudar nessa articulação aqui em Brasília.

Eu queria dizer o seguinte. Hoje, o Estado do Ceará está fazendo um esforço muito grande com relação a essa questão da seca. Estamos entrando no quarto ano de seca. Em algumas bacias do Estado do Ceará, nós estamos com seis anos de seca. Então, há uma tensão muito forte voltada para essa questão de gestão de secas no Estado do Ceará.

Quero dizer que vamos levar a mensagem para o Governador, para o atual Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, Francisco Teixeira. A gente já vem colaborando com o Estado do Ceará. Já encaminhamos os representantes dos Comitês de Bacia para esta Comissão. A ideia do Estado é também continuar colaborando nesse processo de formação do Comitê da Bacia do Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Deputado Antônio Félix, ainda quer usar da palavra?

O SR. ANTÔNIO FÉLIX - Os encaminhamentos, agora, ficaram bem mais claros. A ANA se comprometeu nesse termo.

Que a gente possa acompanhar todos os passos da legalidade, formação dessa documentação, que é de alta importância. Julgo até, em algumas conversas que tive com o Avelar, no Piauí, que é necessário esse acompanhamento, esse assessoramento da ANA, para que a gente chegue a uns papéis todos redondos.

Essa intenção do Ceará, a gente parabeniza essa presença. Tivemos várias reuniões no Piauí, Deputado Átila. Eu me sinto feliz com o andamento aqui.

Parabenizo V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Eu quero complementar com o seguinte: volto à questão institucional de governo. Então, é importante que o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Piauí faça esse trabalho de articulação junto ao Ceará e junto ao Maranhão, porque nós vamos ter esse encontro de Governadores. E que transmitam ao Governador do Piauí, que está interessado no assunto também, para que isso possa se efetivar o quanto antes.



Nós vamos fazer um foro e vamos organizar com vocês, com os Secretários de cada Estado, com a sociedade. É aquilo que o nosso representante do meio ambiente colocou: isso não é só comitê burocrático, isso não é só preencher papel de cartório. O compromisso, depois de fazer um trabalho com essa envergadura, enfrentando conflitos entre cidades, populações, usuários e o próprio poder público, é um desafio grande.

Então, eu quero agradecer aos expositores.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Quer falar, grande Rodrigo?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Se eu não o deixar falar, V.Exa. vai sair falando. Então... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Ainda bem que V.Exa. sabe como é o negócio!

Eu queria até aproveitar a contribuição aqui do advogado Esdras, representante da OAB, que estava me mandando mensagem; acho que ele está acompanhando. Ele lembrou que a gente já fizesse um pedido: que a ANA pudesse fazer a fiscalização da Resolução nº 147, que é o marco regulatório. Está feito, mas é preciso uma fiscalização por parte da Agência.

Também quero insistir ainda — não sei se o João Lúcio poderia responder — na pergunta que o Antônio Félix fez sobre a exploração de ferro às margens do Rio Poti, próximo, se não me falha a memória, à cidade de Crateús, naquela região, às margens do Rio Poti, sobre o potencial elevado de contaminação do Rio Poti. Quero saber se realmente esse risco existe e quais as providências que podem ser tomadas pelo Estado do Ceará.

Obrigado, Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Pronto.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Queria que V.Exa., porque V.Exa. colocou a batata toda na mão do nosso Secretário do Meio Ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Não, rapaz! É para ajudar o Avelar.



O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - O Avelar não tem meios para fazer isso, não.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu entendo. Mas a sensibilidade do Governo do Estado somos nós, a bancada Parlamentar, o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Então, podem encaminhar! Então, os senhores todos nos ajudem.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Pois é.

Vamos encaminhando aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Ajudem, ajudem!

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Porque botam um Secretário que é Deputado. Aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Ótimo! Nós ampliamos o leque de apoio!

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor é democrático, Presidente. Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Não. É que eu acho fundamental. Essa é uma decisão coletiva.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Muito obrigado.

Portanto, eu quero agradecer a todos os expositores, às representações do Governo do Ceará e do Governo do Maranhão também; à OAB; à Agência Nacional de Águas — inclusive, o representante da assessoria parlamentar é o Fred, que é piauiense; a toda essa representação do Ministério; aos Deputados presentes; ao Deputado Júlio Cesar, que acabou de chegar; especialmente ao Dr. Felipe Mendes, que tem um papel importante também no avanço dessas questões; e a nós, Parlamentares — como disse o Silas —, no plano legislativo federal e no plano legislativo estadual, por essa colaboração, para conseguirmos implantar esse comitê.

Muito obrigado.

Em nome do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, nossos agradecimentos.